



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1108/16	DATA: 14/09/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h23min	TÉRMINO: 13h01min	PÁGINAS: 72

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIA BRANDÃO ZOLLINGER - Procuradora do Ministério Público Federal.
DARLISSON APIAKÁ - Representante do povo Apiaká, do Rio Teles Pires.
BRENT MILLIKAN - Diretor da International Rivers Brasil; DEIZE CARNEIRO - Pró-Reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.
DEISE CARNEIRO - Pró-reitora da UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará.
DANIELA FERNANDES ALARCON - Doutorando em Antropologia Social junto ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coautora do livro.
PHILIP FEARNSIDE - Professor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA e coautor do livro.
ANDREIA FANZERES - Coordenadora do Programa de Direitos Indígenas da Operação Amazônia Nativa - OPAN e coautora do livro.
JOÃO AKIRA OMOTO - Procurador Regional da República do Ministério Público Federal.
WILSON CABRAL DE SOUSA JÚNIOR - Professor Associado do Instituto Tecnológico da Aeronáutica- ITA.
BIVIANY ROJAS GARZON - Advogada do Instituto Ambiental.
JOSAFÁ AKAY - Representante do povo indígena mundurucu, do Rio Tapajós.
FRANCISCO FIRMINO DA SILVA - Representante da Comunidade Montanha e Mangabal, do Rio Tapajós.
THIAGO ALMEIDA GARCIA - Coordenador-Geral de Promoção do Registro Civil da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
JOARA MARCHEZINI - Representante da organização Artigo19.
MÁRIO CESAR MANTOVANI - Representante da Fundação SOS Mata Atlântica.
RUBENS HARRY BORN - Representante da Fundação Grupo Esquel Brasil.

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Houve palavra ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista, para o lançamento do livro *Ocekadi: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Bacia do Tapajós*.

O requerimento para a realização deste evento é de minha autoria.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Convido para ocupar seu lugar à mesa Márcia Zollinger, Procuradora da República do Ministério Público Federal.

Há alguns convidados cuja plaquinha não está pronta. Durante o andamento da conversa, ela será feita.

Convido, também para ocupar lugar à mesa, Darlisson Apiaká, representante do povo Apiaká do rio Teles Pires; Brent Millikan, Diretor da International Rivers do Brasil; Deise Carneiro, Pró-Reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará — UFOPA; Daniela Alarcon, doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ; Philip Fearnside, professor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA e Andreia Fanzeres, Coordenadora do Programa de Direitos Indígenas da Operação Amazônia Nativa — OPAN.

Vou conceder a palavra a cada convidado por 10 minutos — acho que isso foi combinado, não é? —, haja vista que, após as palestras, iniciaremos um debate.

Haverá uma primeira Mesa e, depois, uma segunda. Após a explanação da segunda Mesa, nós vamos abrir o debate.

Desde já agradeço e peço que cada convidado observe o tempo proposto para sua exposição. Há um cronômetro à esquerda deste plenário para orientá-los nesse sentido.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do Portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.



Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados e pelos Parlamentares no final do debate.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

Queria dizer que, quando a Adriana do ISA me procurou para marcar esta audiência pública e este lançamento, para mim foi motivo de orgulho e de satisfação muito grande, pelo meu interesse no tema e do que ele trata.

É uma satisfação muito grande esta audiência e esses lançamentos terem sido propostos, tanto na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Direitos Humanos, quanto na parceria que fizemos com a Frente Parlamentar Ambientalista, da qual também faço parte.

Um dos maiores desafios para a agenda socioambiental é ser elevada ao patamar de agenda estratégica do País, como ela merece. Para o Brasil, principalmente, deveria sê-lo.

Somos um País com grandes riquezas naturais, megadiverso, sociodiverso e com soluções próprias de gestão dos nossos recursos. Mas falar da agenda socioambiental é falar da sua relação com a agenda econômica, com as prioridades estabelecidas e com o modelo de desenvolvimento do País.

É, portanto, um enfrentamento contra-hegemônico ao avanço da desigualdade, da acumulação do capital, da exploração desenfreada e da ocupação desordenada do território.

Nas disputas de relações de poder, é notória a capacidade das grandes corporações, dos grandes empreendimentos e dos grandes detentores do capital para determinar e influenciar a forma, o planejamento e a agenda do desenvolvimento do País, em detrimento de atores sociais em condições de maior vulnerabilidade.

Sabemos que a lógica predominante do capital é a do atropelo, do custo do tempo e da busca pelo lucro e pela maior fatia do mercado; a dos governos



autoritários, por sua vez, é a do abafamento dos conflitos e da invisibilidade das minorias, como ocorria nas décadas de 70 e 80 com os grandes massacres.

Essas ofensivas, no entanto, têm seus danos reduzidos quando os grupos sociais se mobilizam. Por isso, merece ser valorizada a organização, nos últimos 30 anos ou 40 anos, da resistência e da luta desses atores que resultaram em várias conquistas na área ambiental e nos direitos das populações.

Esse avanço permitiu maior expressão da agenda socioambiental brasileira, tanto no âmbito nacional, quanto internacional.

Mas a conjuntura não é favorável para a agenda. A pauta do retrocesso tem data para ontem. Aqui no Parlamento vários projetos estão em curso — e apenas vou citar alguns exemplos relacionados ao tema dos direitos indígenas e do licenciamento ambiental que vamos discutir no dia de hoje.

Para a agenda indígena, trago em nossa memória a luta que travamos no ano passado, juntos, os mandatos Parlamentares, os movimentos sociais e as entidades da sociedade civil, que foram a PEC 215 e a CPI da FUNAI e do INCRA, cujas pretensões são claras: diminuir direitos consagrados; inviabilizar garantias estabelecidas; desconstruir instrumentos técnicos, como os laudos antropológicos; criminalizar os movimentos organizados e criar no simbólico social a visão dos povos indígenas, das populações tradicionais e da agenda ambiental como a figura do inimigo dos interesses da sociedade. Isso sem falar da venda de terras para estrangeiro e da discussão da mineração em terras indígena.

Quanto ao licenciamento, a resistência também tem se dado diariamente: são emendas constitucionais e projetos de lei que criam procedimentos simplificados e caminhos de *fast-track*.

A PEC 65, de 2012, por exemplo, pretende que a simples apresentação de estudo prévio de impacto ambiental, por si só, já autorize a execução da obra.

Outros projetos, como o Projeto de Lei nº 654, de 2015, de autoria atual do Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, enquanto Senador, retiram da lei a obrigação de realização de audiências públicas e impõem prazos para a manifestação da FUNAI e do ICMBIO.



Ano passado aprovamos na Comissão de Meio Ambiente o relatório do Deputado Ricardo Tripoli, o PL 3.729, de 2004, ao qual foram apensados em torno de outros 13 projetos, que minimizam os retrocessos precedidos.

Isso se deu, no entanto, com grande enfrentamento à correlação de força favorável à bancada ruralista. A mais recente e de grande importância ofensiva à agenda socioambiental foi a Medida Provisória 727, de 2016, apresentada pelo Governo atual, enquanto interino, no dia seguinte ao golpe.

Essa medida provisória criou Programa de Parcerias de Investimentos - PPI destinado à ampliação e ao fortalecimento entre o Estado e a iniciativa privada, por meio da celebração de contrato de parceria, para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura.

Na prática, são medidas de desestatização e privatização das riquezas públicas. Como o interesse é de favorecer o setor privado, há um capítulo chamado: *“Da liberação de empreendimentos do PPI”*. Não se trata de avaliação nem estudo de viabilidade de empreendimentos, é mesmo de presunção de liberação dos empreendimentos.

O art. 18 da referida medida assim dispõe:

“Os órgãos, entidades e autoridades estatais (...) têm o dever de atuar, em conjunto e com eficiência, para que sejam concluídos, de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento, todos os processos e atos administrativos necessários à sua estruturação, liberação e execução.”

Ou seja, eles se reunirão para emitir rapidamente quaisquer licenças, autorizações, registros, permissões, direitos de uso ou exploração, regimes especiais e títulos equivalentes, de natureza regulatória, necessários à implantação e à operação do empreendimento, a exemplo as operações de natureza hídrica, de proteção do patrimônio cultural, minerário, urbanístico, ambiental, indígena e qualquer outra necessária — diz o texto da norma.

Para o bom entendedor, vamos privatizar para liberar o empreendimento — e que o liberem rapidinho.



O debate de hoje é, portanto, de grande importância.

Parabéns aos autores do livro intitulado *Ocekadi*, que tem a contribuição de vários autores; às lideranças e aos financiadores pelo trabalho.

O registro e a reflexão dos erros e dos acertos na condução da política socioambiental do País são de grande importância para os gestores e para a sociedade brasileira, assim como é fundamental nos mantermos firmes, vigilantes e organizados, para enfrentarmos os retrocessos e os atropelos que se apresentam.

Para iniciar os trabalhos, queria passar a palavra, por 10 minutos, à Márcia Zollinger, Procuradora da República do Ministério Público Federal.

A SRA. MÁRCIA BRANDÃO ZOLLINGER - Bom dia a todas e a todos os presentes. Cumprimento-os na pessoa do Presidente da Mesa, Deputado Nilto Tatto, e agradeço imensamente o convite para estar presente a esta audiência pública ao lado de tantos parceiros de trabalho, como o Darlisson Apiaká, os representantes de organizações não governamentais e da academia.

Ao mesmo tempo, parabenizo a organização deste evento, na pessoa do Deputado Nilto Tatto, que convocou esta audiência pública, porque essas iniciativas buscam justamente conferir visibilidade a essas pautas contramajoritárias e anti-hegemônicas, além da visibilidade que se pode dar às violações aos direitos humanos, que passam muitas vezes despercebidas pela sociedade brasileira.

Também cumprimento todos os organizadores do livro, porque é necessário sempre produzirmos memória dessas vivências dos impactos dos empreendimentos, das violações de direito que aconteceram, para que possamos aprender com esses erros e que possamos à frente construir um desenvolvimento, de fato, sustentável e que não cause esse lastro de violações que temos visto em diversos empreendimentos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos falar um pouco de violação de hidrelétricas na Amazônia, focando especialmente a Bacia dos Tapajós e as Sub-Bacias do Tapajós, Teles Pires e Juruena.

A Amazônia atualmente é a principal fronteira de expansão do setor elétrico.



Vemos, na Bacia do Tapajós, a enorme concentração dos grandes projetos de exploração hidrelétrica que estão nos programas de crescimento e desenvolvimento nacionais.

Eu fiz um cálculo rápido ontem à noite sobre a Sub-Bacia do Tapajós, apesar de esses números mudarem constantemente, especialmente os relativos às PCHs, porque eles entram e saem dos inventários.

Enfim, para a Sub-Bacia do Tapajós estão previstas 9 usinas e 32 PCHs; para a Sub-Bacia do Teles Pires, 7 usinas e 8 PCHs; para a Sub-Bacia do Juruena, 26 usinas — hoje, pela manhã, eu vi que tinha esquecido de contar uma — e 77 PCHs. Então, ao todo, verificamos que são 42 grandes usinas hidrelétricas previstas para apenas uma bacia.

Não temos notícia de nenhum estudo que tenha sido feito que considere essas 42 usinas e seus efeitos cumulativos e sinérgicos; além delas, podemos contabilizar também todas as PCHs previstas. E digo isso porque, ainda que, supostamente, uma PCH de pequeno potencial possa causar menos danos, uma sequência de mais de 100 PCHs provoca um acúmulo de danos.

E o que verificamos como os principais impactos socioambientais desse panorama, especialmente considerando o bioma frágil que é o bioma Amazônia? Temos o aumento do desmatamento, seja provocado por obras, seja pelo aumento do fluxo de pessoas que vão transitar ali durante aquele período. Conseqüentemente, temos a redução de biodiversidade, seja dos rios, seja das matas, em decorrência do desmatamento; o deslocamento forçado de populações, pois tanto povos indígenas, quanto populações tradicionais e diversos ribeirinhos têm que ser deslocados, perdem a sua referência e o seu modo de vida intrinsecamente ligado ao fluxo das águas e deixam de viver daquilo. Dessa forma, temos perda de modos de vida tradicionais.

Este mapa está um pouco pequeno, mas vou chegar perto só para mostrá-lo melhor. Aqui em cima são os projetos de hidrelétricas do Tapajós, São Luiz do Tapajós, Jatobá, Chacorão.

Aqui vemos que o Rio Tapajós está protegido por um mosaico de Unidades de Conservação e terras indígenas. Então, é um rio riquíssimo em biodiversidade e em sociodiversidade também.



Embaixo temos o Rio Teles Pires. O Rio Teles Pires e o Juruena vão formar o Tapajós, que é um dos principais tributários do Rio Amazonas. Aqui é o Rio Teles Pires com as usinas de Teles Pires, São Manoel, Foz do Apiacás, Sinop, Colíder. Aqui vemos o Rio Juruena.

No próximo *slide* vemos um pouco melhor cada uma das sub-bacias. Esta é Sub-Bacia do Tapajós. A usina de São Luiz do Tapajós recentemente teve o seu licenciamento arquivado pelo IBAMA, porque, além das deficiências do Estudo de Impacto Ambiental, ela também causava alagamento em terra indígena e em uma área habitada inclusive, porque há aldeias do povo Munduruku no local. Portanto, o empreendimento causaria uma necessidade de remoção forçada permanente desses povos indígenas, o que é vedado pela nossa Constituição.

Mas vemos que, além disso, a Chacorão também causa alagamento em terra indígena e diversas outras causam impactos enormes em Unidades de Conservação que compõem o mosaico de proteção dessa área.

Na Bacia do Teles Pires, que é uma bacia que eu conheço um pouco melhor por ter trabalhado na área, verificamos que Sinop e Colíder já influenciam o curso do Rio Teles Pires.

Esta aqui é a Usina de Teles Pires. Neste local aqui a Usina de Teles Pires, no início do seu licenciamento, como considerado, não impactaria os povos indígenas que habitam especialmente esta terra aqui, que é a Kayabi-Apiaká-Munduruku. Então, teve início o licenciamento da usina sem nenhuma consulta pública, consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas impactados, e também sem nenhum Estudo de Componente Indígena, apesar de a Usina de Teles Pires impactar especificamente uma área conhecida como Corredeira de Sete Quedas, que, segundo os povos indígenas que habitam aquela região, é a Morada da Mãe dos Peixes e é também a região onde vivem os espíritos dos antepassados.

Não é coincidência ser aquele local chamado de “Morada da Mãe dos Peixes”, porque realmente é uma área de reprodução de peixes migratórios.

Portanto, conseguimos verificar aí a percepção e o conhecimento de toda a fauna e de todos os processos ecológicos que os indígenas possuem dessa área.



A usina tem um impacto enorme sobre essa área, causa alagamento e muda, enfim, todo o ambiente daquele local, e o empreendimento estava sendo construído sem sequer um Estudo de Componente Indígena.

O Ministério Público ajuizou ação, depois foi exigido — a FUNAI participou do processo — que tivesse o Estudo de Componente Indígena. Ao final, eles tomaram emprestado o estudo feito para a Usina de São Manoel para usar no Teles Pires, mas sem fazer as adaptações propriamente necessárias.

Além disso, temos aqui, nas margens da terra indígena Kayabi, a Usina de São Manoel que não está sozinha, ela está junto com a usina de Foz do Apicás.

Então, são diversos impactos que vão se acumulando naquela área também sem nenhuma consulta. A Usina de Teles Pires já está com licença de operação, a de São Manoel já está com licença de instalação e obras bastante avançada, mas em nenhuma delas houve consulta prévia, livre e informada, que é uma exigência da nossa legislação, por conta da Convenção 169 da OIT, que foi internalizada no nosso ordenamento jurídico com força supralegal.

Aqui, no Rio Juruena, temos a mesma situação. A Bacia do Juruena tem em torno dela 20 terras indígenas. Então, o local é de uma riqueza de sociodiversidade enorme, além de uma riqueza de biodiversidade também. Há ainda diversas pequenas centrais hidrelétricas encadeadas. Só aqui, neste pequeno trecho do Rio Juruena, temos, num trecho de 100 km, mais de 10 PCHs sequenciadas. Todas foram licenciadas isoladamente pela SEMA, sem nenhum Estudo de Impacto Ambiental, com aquele relatório ambiental simplificado, e sem nenhum estudo do conjunto de impactos que isso poderia trazer.

Enfim, o Ministério Público tem tentado atuar ajuizando diversas ações para tentar a regularidade desses processos de licenciamento ambiental.

Vou ter que passar rápido pelas ações, porque são 24 ações que temos nesta tabela, mas elas tratam principalmente tanto da Usina de São Luiz do Tapajós quanto das Usinas de Teles Pires e São Manoel. Aqui ainda não há nada tratando das usinas do Juruena porque temos pequenas centrais hidrelétricas, temos ações do Ministério Público, mas elas não estão na tabela.

Enfim, quais são os principais objetos dessas ações? Ausência de consulta prévia, livre e informada, que é uma exigência do ordenamento jurídico nacional, que



tem caráter supralegal e que está na Convenção 169 da OIT; deficiências de análise de viabilidade ambiental, contidas no EIA, pois os estudos não se realizam no tempo adequado — às vezes, estudos que não se realizam na cheia e na vazante dos rios para acompanhar todos os processos biológicos que acontecem —; e ausências ou deficiências do Estudo de Componente Indígena.

Quanto a este último, o caso do Teles Pires, a licença prévia foi dada sem sequer ter um Estudo de Componente Indígena, ou seja, incorreu um estudo de viabilidade ambiental do empreendimento que não ocorreu quando foi dada a licença Prévia.

Isso tudo demonstra, como o Deputado Nilto Tatto tinha falado, a invisibilidade desses povos indígenas e comunidades tradicionais no bojo de um processo de licenciamento ambiental.

Dessas 24 ações, o Ministério Público conseguiu, em 16 delas, liminares determinando a suspensão do licenciamento e a paralisação das obras para adequar o procedimento, ou seja, para realizar consulta, para realizar os estudos necessários, enfim, para corrigir o procedimento. Era esse o intuito das ações do Ministério Público Federal.

Apesar de termos conseguido obter 16 liminares, muitas delas confirmadas no Tribunal Regional Federal, ou seja, confirmadas por Desembargadores ou por Turmas compostas por Desembargadores, todas essas obras conseguiram depois continuar, os empreendimentos tiveram sequência por conta da aplicação de um instituto chamado “Suspensão de Segurança”.

Esse é um instituto que está previsto na nossa legislação. Ele foi previsto inicialmente para um mandado de segurança na década de 30; depois foi aprimorado, digamos assim, na época da ditadura militar, na década de 60; posteriormente, ganhou uma nova roupagem para ser aplicado não apenas ao mandado de segurança, mas também às ações civis públicas e ações populares que tratam de direitos difusos e coletivos, que são aqueles titularizados por toda a comunidade.

Esse instituto prevê um recurso, um incidente processual, digamos assim, por meio do qual pode ser submetida aquela questão à nova apreciação. Por exemplo, em uma ação contra o poder público, se houver uma liminar dada contra o poder



público, ele pode entrar com esse recurso, com esse pedido de suspensão de segurança, e o Presidente do tribunal vai julgar não com base no mérito da causa — e ele não faz nenhuma análise a respeito do mérito da causa, do objeto daquele processo — e determinar a suspensão dos efeitos daquela liminar com base unicamente em motivos políticos, quais sejam: evitar lesão à ordem pública, à economia pública, à segurança ou à saúde.

Portanto, a suspensão de segurança alberga conceitos extremamente amplos e que não dizem nada a respeito do mérito da causa que está sendo debatida. Além disso, a decisão, na suspensão de segurança, vai vigorar até o trânsito em julgado do processo.

Então, o que temos? Temos 16 liminares, mas 14 delas foram suspensas com a utilização do referido instituto — a suspensão de segurança —, mas em nenhuma delas é enfrentado o mérito do processo, em nenhum delas há sequer uma palavra sobre a necessidade de consulta aos povos indígenas, a necessidade de aprimoramento dos estudos de impacto ambiental ou de realização de estudos de componentes indígenas. Há apenas uma consideração que norteia as decisões: a hidrelétrica está prevista no Plano de Aceleração do Crescimento como empreendimento energético essencial para evitar uma crise de energia no País. Aquela crise que ocorreu em 2001 continua agora, 15 anos depois, sustentando decisões políticas dos Presidentes dos nossos tribunais.

Então, aqui, eu trouxe um exemplo de uma dessas decisões. Essa decisão foi dada pelo Presidente do TRF da 1ª Região na ação em que pedimos a realização de consulta aos povos indígenas por conta da Usina Hidrelétrica de Teles Pires. Ele diz que, no que se refere aos prejuízos, uma carta foi apresentada pelo Consórcio Construtor Teles Pires — ou seja, o empreendedor apresentou uma carta dizendo quais são os prejuízos que a paralisação da obra está acarretando — alegando prejuízos técnicos e ambientais com a desmobilização do equipamento. Como é que ele vai desmobilizar aquele equipamento que está lá para a construção da usina?

O argumento utilizado é também impactos no cronograma, ou seja, existe um cronograma geral para a execução dessa obra, não se pode impactar esse cronograma. A decisão cita, também, os impactos sociais, que seriam a demissão de tantos funcionários que estão ali para construir a usina, e os impactos econômicos,



trazendo o texto várias cifras para dizer que a paralização da obra vai causar o impacto econômico. E aí se suspende uma liminar.

Nesse caso específico, depois, adveio uma decisão de mérito confirmando a liminar. Houve decisão do TRF confirmando a liminar, houve decisão de mérito confirmando a liminar, mas nenhuma decisão dessas pode ter eficácia porque a suspensão de segurança, que é uma decisão dada por um magistrado apenas, que não enfrenta o mérito da causa, vai vigor até o trânsito em julgado do processo.

Com isso, eu quero dizer que temos essa situação. Enfim, o que vai acontecer no final? O processo vai continuar correndo, porque essas decisões não suspendem o trâmite do processo, mas a Usina de Teles Pires, por exemplo, já está em licença de operação; portanto, quando transitar em julgado o processo, vamos ter um fato consumado. Não dá mais para fazer consulta prévia depois que a obra está realizada e em operação.

Então, há uma violação de direito consumada e admitida pelo Poder Judiciário, por conta dessa inquestionabilidade, digamos assim, essa insindicabilidade de decisões políticas a respeito do planejamento energético do País.

Por fim, vou falar rapidamente que um dos principais pontos de preocupação do Ministério Público no enfrentamento dessas situações de construções de hidrelétricas — especialmente no Tapajós, berço de tantos povos indígenas e comunidades tradicionais — é a ausência de realização dessa consulta prévia, livre e informada por parte do Governo brasileiro. Não temos nenhum processo ainda em que ela tenha sido realizada, em que tenha sido garantido esse direito, que tem caráter supralegal, que está previsto em tratados internacionais. A Corte Interamericana de Direitos Humanos já assegurou esse direito e já condenou Estados a realizar a consulta prévia.

Na recente visita da Relatora Especial da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas do Brasil houve a recomendação expressa de que o Governo brasileiro adotasse e realizasse a consulta prévia, livre e informada dos seus povos, para garantir a mínima participação democrática e a visibilidade desses povos tão impactados por esses projetos.



Peço desculpas por avançar um pouco no horário e também peço desculpas porque vou ter que me ausentar da mesa um pouco antes, porque tenho outra reunião, mas agradeço imensamente a possibilidade de participar aqui deste debate e desejo a todos uma boa audiência pública. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Márcia.

Passo a palavra agora para o Darlisson Apiaká, representante do povo Apiaká, do Rio Teles Pires.

O SR. DARLISSON APIAKÁ - Bom dia a todos. Na pessoa do Deputado Nilto Tatto, quero agradecer a oportunidade de estar aqui neste momento importante do lançamento do livro e contar um pouco sobre a realidade hoje no Rio Teles Pires. Nós que moramos lá, que estamos todos os dias, sabemos o que está se passando.

As hidrelétricas e os outros grandes empreendimentos estão cada dia mais se aproximando das terras indígenas. Então, está chegando o momento em que estarão se confrontando terras indígenas, área de conservação e o agronegócio, trazendo grandes prejuízos e impactos para as populações tradicionais e indígenas.

Há falta de respeito e de consultas quando esses empreendimentos estão sendo implantados próximos às terras indígenas.

Na construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires não foi feita a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, o que acabou destruindo lugares sagrados dos povos Apiaká, Munduruku e Kayabi, como a Cachoeira das Sete Quedas, uma das maravilhas que tínhamos naquele lugar e onde hoje se encontra um reservatório d'água.

Após essa construção, sem respeito aos povos indígenas, houve grande impacto para nós que moramos e usamos aquele local.

São três pontos muito importantes de impactos após o enchimento do reservatório Teles Pires. Eu gostaria de falar um pouco sobre como está hoje, como nós vamos resolver e como vai ser daqui para frente.

Neste ano, o Rio Teles Pires alcançou o nível mais baixo já registrado durante toda a minha existência e convivência com a aquele rio. Assim também é a história que meu pai conta, ou seja, ele tem 70 anos e nunca viu aquele rio tão baixo e tamanha extinção de peixes.



Fazíamos trajetos em 6 horas, 8 horas; hoje, gastamos 20 horas para fazer o trajeto que fazíamos antes, que era o deslocamento para aldeias e locais de saída para as cidades.

Há uma preocupação muito grande nossa com a diminuição, principalmente, da água e do peixe, que é tão importante.

A Usina Hidrelétrica Teles Pires, em fase de operação, não tem dado suporte e atendimento para que nós possamos enfrentar esse impacto direto. Os estudos previam impacto indireto, e hoje nós vivemos o impacto direto, principalmente com o nível baixo da água e com a diminuição do número de peixes.

Um ponto muito importante também é a quantidade de não indígenas nas aldeias que acaba trazendo muitos impactos sociais. Aliás, a obra e a quantidade de não indígenas na aldeia trazem também esses impactos negativos para a população indígena. E eu fico pensando: *“Como vamos resolver essa questão? Quem vai lá resolver esse problema da diminuição de peixes? Quem nos vai dar essa assistência?”*.

Foram várias decisões favoráveis. Quando a Dra. Márcia estava em Cuiabá, eu acompanhei os processos da nossa demarcação de terra, e me perguntei como um magistrado vai lá, usa uma lei do tempo da ditadura e diz: *“Não, não vai trazer impacto”*, desconsiderando as populações tradicionais. Pois temos o nosso mercado. Nós não precisamos comprar peixe; nós temos o peixe. Nós usamos água sem precisar comprar, sem precisar pagar. Mas não adianta nada ganhar uma casa na cidade se depois nós não temos emprego, não temos de onde tirar o alimento. Então, essa é uma preocupação muito grande hoje. Eu estou muito preocupado com isso que vem acontecendo.

Naquele tempo, como não dependíamos muito do Governo, nós podíamos nos deslocar. Mas o que aconteceu? Em 2012, houve uma operação da Polícia Federal que acabou com a morte de um parente. Nós tentamos apoiar essa operação e dar força aos parentes que lá estavam, mas ela acabou com a morte de um parente. E até hoje vemos a destruição que eles fizeram com aquelas máquinas no porto da aldeia. Jogaram óleo e bateria, e aquele monte de material que eles usavam acabou ficando por lá. Com isso, eles destruíram um garimpo que estava



trazendo impacto, sendo que deixaram dentro d'água todo aquele material que eles usavam, o que contaminou ainda mais o rio e acabou matando um parente.

É muito difícil para nós a situação de hoje com essas usinas. E agora está vindo mais a usina São Manoel. Nós não sabemos como será a nossa alimentação nos próximos anos, por causa da grande diminuição de peixe. Essa é uma preocupação muito grande para nós. Se nós não tivermos lá o peixe, como vamos nos alimentar? E como ficaremos com a diminuição do nível do rio nos próximos anos?

Nós estamos aqui para somar forças e fazer a apresentação desse livro, para que a população possa refletir um pouco mais e ter mais respeito com os povos indígenas quando se tiver que instalar essas grandes usinas. Acho que tem que haver essa consulta, tem que haver esse diálogo, tem que haver mais transparência com os povos indígenas e com as comunidades tradicionais em geral.

Em um primeiro momento, era isso que eu queria falar, agradecendo a oportunidade de estar aqui para falar da nossa realidade hoje no rio Teles Pires.

Muito obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Darlisson.

Passo a palavra agora ao Sr. Brent Millikan, Diretor da International Rivers Brasil.

O SR. BRENT MILLIKAN - Bom dia a todos e a todas! Inicialmente, eu queria agradecer às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Direitos Humanos e Minorias por nos terem acolhido aqui e, em especial, ao Deputado Nilto Tatto, que fez o requerimento para a realização deste evento, que é tão importante não só para compartilharmos esse livro, dando essa oportunidade a vários autores de instituições acadêmicas, do Ministério Público ou de entidades da sociedade civil, mas também, e principalmente, para podermos ouvir lideranças de movimentos das comunidades locais, comunidades indígenas e ribeirinhas, ou outras lideranças que estão aqui — e serão apresentadas em breve — sobre a realidade que eles estão vivendo e o que lá está acontecendo. Essas populações muitas vezes ficam inviabilizadas em todo esse processo de planejamento, de licenciamento ambiental e de implantação de empreendimentos. Por isso, queria principalmente agradecer por essa oportunidade a nós concedida.



Eu vou falar um pouco sobre o livro da Daniela, que está aqui e foi coorganizadora do livro. Ela também vai falar um pouco. No tempo que eu tenho, vou falar também um pouco de um capítulo que escrevi sobre um dos temas abordados no livro. Inicialmente, vou falar do livro em geral.

Basicamente, a ideia do livro surgiu há mais de 2 anos a partir da constatação de que havia de fato um conjunto de empreendimentos, hidrelétricas, como a Márcia colocou aqui, grandes hidrelétricas, as UHEs, e outras menores, as PCHs, previstas para a região — algumas já estão avançando, principalmente a do rio Teles Pires, a do Alto Juruena e algumas PCHs —, e outros empreendimentos, como hidrovias, rodovias e até ferrovias ligados a questões como mineração ou expansão do agronegócio e incluindo portos, por exemplo o de Miritituba, tudo sem uma discussão, digamos, sobre o conjunto da obra.

Qual é a dimensão dos impactos possíveis de projetos individuais, sobretudo, cumulativos e sinérgicos? Algo que, conforme a legislação ambiental, deve ser analisado no processo de planejamento e licenciamento. Então, constatamos que de fato é uma região pouco conhecida pela ciência. Por outro lado, há uma série de empreendimentos previstos, mas, sem esse tipo de informação que pudesse contribuir para um debate dentro da sociedade sobre o que estava previsto para a região, até que ponto é compatível com os anseios da população local, com os princípios básicos de sustentabilidade, nas óticas social, ambiental, econômica, e assim por diante, e que, sobretudo, respeite os direitos das populações locais.

Então, foi com essa constatação que consideramos relevante fazer esse livro, inclusive sob a ótica da Bacia do Tapajós, não só de um projeto ou de outro, incluindo, como a Márcia mostrou, seus grandes afluentes, como o rio Juruena, o Teles Pires e outros. Nesse sentido, ao olharmos para o que já existia, vimos que muita coisa boa estava sendo feita em termos de estudo e de análise, realizados a partir da Universidade Federal do Oeste do Pará, que acabou sendo nossa parceira como coeditora do livro. Vários professores da região realizaram pesquisas de enorme importância, e vocês verão várias áreas em arqueologia, antropologia, ecologia, em outras ciências sociais, geografia.



Então, vocês terão oportunidade de ouvir pessoas dessas instituições e de várias outras, como o INPA, aqui representado pelo Dr. Philip Fearnside. Algumas serão ouvidas hoje, outras estão no livro, que vocês podem constatar.

Nós vimos que muita coisa já estava sendo feita. Em boa parte, o nosso desafio era sistematizar, colher, juntar informações e fazer esse trabalho, que estamos fazendo hoje, de divulgar essas informações e colocá-las em debate público. O livro é uma obra interessante, reúne 25 artigos de mais de 40 autores, inclusive de um sábio munduruku, o Jairo Saw. Mas, um aspecto do conhecimento da região tipicamente desconsiderado é o conhecimento das populações locais, as populações tradicionais. E creio que, com essas várias colaborações de disciplinas e instituições, o livro traz de fato uma contribuição importante para o debate público sobre o Tapajós e, quem sabe, sobre a Amazônia de forma mais geral e a questão dos grandes empreendimentos.

Eu só queria agradecer aqui ao Maurício Torres e à Daniela Alarcon, que contribuíram na organização do livro de forma muito próxima como parceiros, às diversas instituições parceiras, como a UFOPA, de que já falei, o ISA — Instituto Socioambiental, a OPAN, o Fundo Socioambiental CASA, a Fundação Mott e o Instituto Centro de Vida, ao João e aos outros colegas. Há ainda várias outras pessoas que contribuíram para a diagramação, a organização e a divulgação do livro. Eu não vou poder lembrar de todo mundo, mas quero fazer esse agradecimento, deixando claro que foi uma iniciativa muito importante de muitas mãos e muitas instituições. Nós somos uma organização pequena. Mas, sem essa parceria inclusive não seria possível ter feito o livro, que está disponível aqui atrás.

Aproveitem que hoje estamos disponibilizando cópias do livro impresso. Trouxemos algumas. Para quem não conseguir hoje, o livro está disponível *on-line*, no nosso *site*, e também em nosso escritório, em outras instituições parceiras e na loja virtual do ISA. Lá vocês podem adquirir o livro também.

Vou falar um pouquinho a respeito de um capítulo que eu escrevi sobre os estudos de inventário de bacia que constituem uma etapa preliminar e muito importante, decisiva de fato no planejamento de hidrelétricas da Bacia do Tapajós e de outros lugares.

(Segue-se exibição de imagens.)



A Márcia já mostrou este mapa aqui, que acompanha o livro e é um mapa grande. Os estudos de inventário são de fato uma etapa preliminar no âmbito das bacias e formam a base para a tomada de decisões sobre o planejamento de hidrelétricas, quais realmente serão construídas dentro do planejamento do setor elétrico. São estudos elaborados pelo setor elétrico, tipicamente a ELETROBRAS ou uma das suas subsidiárias, como a ELETRONORTE, ou o EPE, em conjunto com empresas privadas, a exemplo da Camargo Corrêa e a CNEC, que estava ligada à Camargo Corrêa e recentemente foi vendida. Enfim, são feitos a partir de uma parceria entre o setor elétrico do Governo, estatais, e empresas privadas. E o intuito do capítulo é entender um pouco como são elaborados esses estudos e inclusive como a eles se incorpora o novo elemento chamado Avaliação Ambiental Integrada — AAI, que, desde 2007, encerra a ideia de fazer um planejamento que incorpore melhor as dimensões socioambientais.

Em resumo, seguem algumas das conclusões a que chegamos ao analisar os estudos de inventário. Primeiro, os estudos de inventário utilizam, como critério central para a seleção do que eles chamam de aproveitamento ótimo de bacias, os locais de construção de hidrelétrica, o maior potencial de geração de energia, onde existe a maior queda do rio. Tipicamente, isso não leva em conta os possíveis impactos sobre outros territórios ou dentro do território em geral, principalmente em relação a territórios indígenas e seus modos de vida, diretamente via alagação e outras formas de impacto, que discutiremos aqui, ou sobre outras populações locais, como os ribeirinhos e os pescadores que vivem na região.

Em tese, as Avaliações Ambientais Integradas seriam uma forma de superar esse tipo de limitação do inventário. Agora, o que vimos, na prática, é que a AAI tem uma incidência bastante limitada sobre os inventários e seus resultados, os quais são aprovados pela ANEEL, às vezes pelo CNPE — Conselho Nacional de Política Energética, e depois entram no Plano Decenal de Energia, no PAC, e agora será no PPI, no planejamento governamental de obras.

Este é um exemplo da Sub-Bacia do Tapajós-Jamanxim. Primeiro, os inventários não são feitos na bacia como um todo, são elaborados no âmbito de sub-bacias. No caso do Tapajós, dividiu-se a bacia em três: a Sub-Bacia Tapajós-Jamanxim, a Sub-Bacia do Teles Pires e a Sub-Bacia do Juruena. Como já



mencionei, os inventários utilizam como critério o maior potencial de geração de energia a partir da queda do rio. E aí vemos, no caso do Tapajós-Jamanxim, como foram definidas as bacias São Luiz do Tapajós, Jatobá, Chacorão e as quatro do rio Jamanxim. Está é a Sub-Bacia do Teles Pires. A Márcia já mostrou no mapa as hidrelétricas de Teles Pires. São Manoel também tem uma prevista no rio Apiacás, muito próxima à terra indígena kayabi, onde vivem três etnias: kayabi, apiaká e munduruku. Depois, a Andreia vai falar mais sobre as PCHs no rio Juruena.

Então, depreende-se, primeiro, essa questão de que se faz uma divisão da bacia em três e não se considera a bacia como um todo. Quando pensamos em questões como a conectividade da biodiversidade, as espécies migratórias e as relações, por exemplo, numa região em que há uma transição do Cerrado para a Amazônia, verificamos que fazer essa divisão em três sub-bacias já é uma abordagem bastante limitada.

Segundo, vimos que, apesar de gerar muita informação, às vezes interessante pontualmente, de fato os estudos dependem muito de dados secundários, são elaborados rapidamente, tipicamente sem verificar a questão da sazonalidade ao longo do ano, sem o envolvimento, na sua elaboração, das populações locais com sua sabedoria e seu conhecimento. Eles fazem uma análise bastante limitada de impactos, principalmente dos impactos cumulativos, que seria justamente sua função.

Talvez uma das conclusões mais importantes seja a de que as AAls não têm o papel — o que é possível ver neste fluxograma — de incidir sobre a tomada de decisão. Ou seja, os inventários, a partir do critério de identificar os locais que irão maximizar a produção de energia, definem de fato os locais onde o setor elétrico, junto com o setor privado, vai propor a construção de barragens. A partir disso, a AAI não tem nenhuma incidência, em termos de triagem, nesses projetos, para dizer: *“Este, sim. Esse outro é problemático, então, não deve entrar”*. De fato, todos os projetos previstos no inventário entram, e a AAI só serve para amenizar impactos de alguma forma. E, como a Márcia e o Darlison colocaram, isso é extremamente problemático e difere do instrumento da Avaliação Ambiental Estratégica, que está sendo discutido, inclusive no contexto da Lei Geral do Licenciamento, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente.



E uma coisa que eu queria destacar bastante é que é muito importante ver, por exemplo, no caso aqui descrito dos inventários de bacia, que muitos dos problemas que ocorrem no licenciamento vêm antes do licenciamento. Ou seja, de repente, a decisão é tomada para um empreendimento que já nasce problemático, quando da fase do licenciamento, a partir do momento em que a decisão política foi efetivamente tomada, e que não houve também um processo de consulta prévia às populações indígenas e a outras populações locais a respeito do empreendimento antes da tomada da decisão política, como deveria acontecer.

É importante ter isso em mente na discussão das mudanças do licenciamento, porque, se nós não olharmos para o contexto mais amplo dos instrumentos de planejamento de licenciamento ambiental, correremos o risco de fazer uma abordagem apenas parcial, que não resolverá o problema a fundo.

Então, era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Brent.

Passo a palavra agora à Sra. Deise Carneiro, Pró-Reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará — UFOPA.

A SRA. DEISE CARNEIRO - Bom dia! Na pessoa do Deputado Nilto Tatto, eu cumprimento esta Mesa e, na pessoa do parente, posso dizer assim, munduruku, cumprimento todos desta plenária.

Trago uma saudação da Universidade Federal do Oeste do Pará, localizada em Santarém, no Pará, em nome da Reitora Raimunda Monteiro, que não pôde estar aqui neste momento por motivo de saúde, mas enviou uma saudação mais que especial a esta Comissão, aos membros desta audiência e ao autor do livro, o Sr. Brent Millikan. Parablenizo-o tanto pela ideia da elaboração do livro quanto pela realização desta audiência, com a participação dos autores e também dos sujeitos diretamente envolvidos nesse grande projeto, que, infelizmente, por um lado, são vítimas do processo, da forma que aconteceu.

A universidade, pela sua missão, pela sua função e pela sua natureza, tem o interesse de produzir e compartilhar conhecimento em prol da cidadania e do desenvolvimento da Região Amazônica, um desenvolvimento no seu sentido exato e completo que envolve tanto o desenvolvimento de uma área urbana quanto o de



uma comunidade tradicional ou aldeia indígena. A Amazônia é rica, diversa, tem uma população riquíssima e povos com diferentes línguas. E a universidade tem como missão contribuir, e pretende fazê-lo, para o desenvolvimento e os interesses de cada um desses segmentos, de cada população que ali habita. Isso vem como missão para a universidade. Quando falamos dos grandes projetos para a Região Amazônica, para a Bacia do Tapajós, muitas reflexões devem ser feitas. E a universidade está à disposição para contribuir com o conhecimento técnico, como foi feito nesse livro, como parceira desse livro.

Parabéns novamente aos autores e coautores do livro! A universidade continua à disposição para contribuir com essa discussão sobre o melhor gerenciamento e apropriação do território e das riquezas pelas populações locais, pelas populações que detêm a soberania desse local há milhares de anos.

Eu sou pró-reitora de gestão estudantil. Na universidade, temos uma diversidade grande de alunos indígenas, inclusive mundurucus, que enviaram para cá algumas mensagens, a que me vou reportar também, além da mensagem institucional da universidade. A universidade, assim como os povos indígenas, faz um apelo aos dirigentes e às Comissões aqui presentes para que pensem os direitos humanos dessas populações e a tradição de gerações e gerações que essas populações indígenas trazem para a nossa sociedade, dada a importância da manutenção da diversidade e dos valores dessas populações.

Foram citadas no livro algumas áreas sagradas para os mundurucus, cuja percepção é muito interessante entender. Observei isso ao conversar com os alunos da universidade que viveram nessas regiões. O livro fala um pouco disso — alguns capítulos trazem essa percepção também —, fala sobre a forma como os mundurucus veem os animais, a simbologia, os valores e ambientes sagrados, e como o deus dos mundurucus se transforma, às vezes, em animais. Então, vejam se isso não é considerado em uma área...! Muitas questões são postas, e precisamos refletir a respeito. São interesses de cidadãos, de populações que têm os mesmos direitos de uma população urbana, os mesmos direitos constitucionais, como o de ter energia elétrica.

Apresento essas questões aqui, e coloco a universidade à disposição, para contribuir com essa discussão.



Em relação ao impacto ambiental e ao estudo, já foram relatados aqui todos os problemas que aconteceram ao longo do processo de licenciamento. Uma coisa que eu gostaria de destacar é que os estudos relacionados aos rios da Amazônia, aos recursos hídricos em geral, requerem certo tempo. Na Amazônia, há poucos dados históricos que possam nos dar a base para uma decisão acertada em relação aos impactos na hidrologia e na geomorfologia de um ambiente fluvial. As séries históricas mais antigas têm um pouco mais de 100 anos, e, para uma dinâmica natural, isso é pouquíssimo tempo. Então, se considerarmos o rio Tapajós, que tem uma quantidade de dados muito pequena, sentimos insegurança, por mais que existam muitos estudos técnicos recentes, no sentido de o impacto ser mesmo esse que está posto. Isso realmente nos leva a deduzir, e até a afirmar, que o impacto será muito maior, porque nós não temos um estudo histórico de monitoramento que garanta um resultado preciso. Nós temos poucos estudos, poucas medições ligadas a questões batimétricas e à evolução morfodinâmica do canal. Toda a Bacia do Rio Tapajós é considerada de águas claras, mas passa por diversas formações geológicas.

E eu vejo uma fragilidade nos estudos de impacto ambiental em relação ao estudo do meio físico. Nós depositamos um empenho maior no estudo da fauna e da flora que é insuficiente e acabamos não fazendo um estudo adequado do meio físico. O levantamento e inventário de sítios geológicos, geossítios, por exemplo, é um processo longo e criterioso de estudo. Quando se faz um estudo de impacto ambiental, um relatório, não fica muito claro o aprofundamento do estudo voltado para o meio físico. Concordo com todos os problemas que existem em relação à avaliação dos impactos. A lei existe, mas, na prática, a decisão política e econômica é preponderante tanto em relação aos interesses sociais e culturais quanto aos problemas ambientais que são causados. Então, o ambiente é frágil, há poucos estudos, mas a região já possui capacidade técnico-científica para opinar em diversos aspectos, tanto físicos quanto ambientais e culturais, como foi apresentado nesse livro.

Eu parabeno novamente, em nome da reitoria da UFOPA, a iniciativa do livro. É muito importante compartilhar os conhecimentos produzidos. Os erros que já aconteceram no passado são referências. Nós estamos acompanhando o que



aconteceu com Belo Monte num passado recente. Então, nós temos referências que nos dão subsídios para a tomada de decisões políticas acertadas.

Acho que o apelo que fica dos alunos e dos povos indígenas que compõem a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará é para que seja dada, sim, essa atenção às populações indígenas, ao seu conhecimento tradicional, ao seu conhecimento acumulado há milhares de anos. Isso é superimportante para a nossa sociedade, e não só para a Amazônia, mas também para o Brasil e para o mundo, já que elas detêm uma percepção, uma visão de mundo diferenciada que contribui para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A universidade está à disposição para contribuir com esse diálogo. Eu vim representando a reitora. Não trabalho especificamente nesse tema, mas ele é de interesse da universidade e dos alunos, então, é do nosso interesse, e nós acompanhamos esse processo de discussão e promovemos iniciativas nesse sentido na universidade.

Também peço desculpas, porque vou precisar sair, pois, logo em seguida, participarei de um seminário de lançamento da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Então, não posso me ausentar muito, mas a universidade fez questão de estar aqui presente para somar esforços em contribuir com uma gestão territorial mais democrática e justa.

Concordo com o fato de que temos capacidade hidrelétrica como nenhum outro local do mundo tem, estamos cientes disso. Temos a maior bacia hidrográfica do mundo, mas, se a população que ali vive e que detém a soberania, digamos assim, daquele local, que ali viveu, que tem toda uma história relacionada àquele ambiente, detém ali uma territorialidade, não está de acordo com isso ou está sendo afetada negativamente, no mínimo nós temos que ponderar e fazer com que os direitos constitucionais, os direitos humanos, sejam garantidos efetivamente.

É o que tinha a dizer.

Muito obrigada pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Deise.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, grande parceiro da agenda socioambiental, dos povos da floresta, das águas, do campo.



Passo a palavra agora à Sra. Daniela Fernandes Alarcon, doutoranda em Antropologia Social junto ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A SRA. DANIELA FERNANDES ALARCON - Bom dia a todas e a todos! Eu agradeço o convite e a presença de vocês.

Eu gostaria de iniciar comentando que é fundamental termos a presença hoje aqui conosco do Darlisson Apiaká, do Sr. Francisco Firmino, que é beiradeiro de Montanha-Mangabal, e também do Josafá Munduruku, não apenas para trazerem suas perspectivas do processo que está ocorrendo na bacia do Tapajós, mas também, e, sobretudo, porque se trata de um conjunto de empreendimentos que têm sido apresentados como se fossem ser instalados em um rio desabitado. Em diversas ocasiões, representantes do poder público declararam que não haveria impactos, ou haveria poucos impactos, com a instalação dessas barragens, posto ser um lugar sem gente, um conjunto de rios desabitados.

Então, a presença deles aqui nos mostra que isso não é verdade. Como já foi comentado nas falas anteriores, trata-se de uma bacia de imensa sociobiodiversidade. Só para citar o Alto Tapajós, onde se concentram vários desses empreendimentos, essa é uma região cuja presença humana é documentada pelo menos desde o século XVIII, e não há registros anteriores porque não havia viajantes anteriores nessa área. Quando nós tratamos dos vestígios arqueológicos, a presença na bacia remonta a milhares de anos. São diversos grupos humanos, diversas comunidades, que estabeleceram modos de vida próprios, que se articulam com a riqueza dessa bacia, que têm modos de vida de baixíssimo impacto, e que são hoje ameaçados por esses empreendimentos.

O nosso livro chama-se *Ocekadi*, um termo da língua munduruku, que significa “o rio do nosso lugar” ou “o nosso rio”, justamente para chamar a atenção para a presença de sujeitos, de cidadãos brasileiros, que entrelaçaram as suas vidas, a sua história, a sua memória, com esse rio e que estão sofrendo tremenda violação dos seus direitos. Eles têm parentes enterrados no Beiradão, nasceram e se criaram em lugares que seriam inundados, caso esses empreendimentos fossem adiante. Diversos acontecimentos importantes das vidas deles aconteceram nas praias que desapareceriam, caso esses empreendimentos fossem adiante. Estamos



falando de diversas categorias identitárias, de beiradeiros, de colonos, de indígenas de diversas etnias. Então, é uma enorme riqueza ameaçada por esses empreendimentos.

Já foi comentado também que é uma bacia que conecta dois biomas: o Cerrado e a Amazônia. Então, há um alto endemismo, ou seja, presença de espécies que só ocorrem ali. É disto que nós estamos falando: além dessa diversidade humana, há uma tremenda diversidade biológica também.

Tudo isso vem salienta a temeridade, a enorme responsabilidade desses projetos que estão sendo levados adiante, com participação do poder público e do setor privado também. Construir barragens, construir usinas hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas, em uma região onde há verdadeiros vazios de informação é de fato uma grande responsabilidade. E volto a falar do curso do Alto Tapajós, uma área pouquíssimo estudada onde se concentram diversos desses empreendimentos também. Retornando um pouco, ela é pouco conhecida pela ciência ocidental, mas extremamente conhecida por essas populações que vivem nessa Bacia, que detêm conhecimentos para o manejo desses recursos, desse território, e vêm resistindo há muito tempo. Elas fizeram frente a vários momentos econômicos: participaram da extração da borracha, da extração da pele de felinos e do garimpo. Elas fizeram frente à ação desenvolvimentista do Estado brasileiro durante a ditadura militar, que se atualiza agora em um período democrático, mas com a continuidade de ações que enxergam essa região como um quintal, um verdadeiro quintal de outras regiões do Brasil.

É importante frisar que muitas vezes esses empreendimentos são tratados, são apresentados na imprensa hegemônica e na fala de representantes do poder público como extremamente inovadores. Mas, quando nós consideramos a história, que é importante ser trazida, se trata da repetição, da atualização de práticas oriundas da ditadura militar.

O paradigma de desenvolvimento que tem norteado os Governos FHC, Lula e Dilma, posteriormente, tem atualizado essas práticas, com o entendimento de que a Amazônia é uma região para a instalação de infraestrutura, para o escoamento de *commodities* agrícolas e minerais. E não tem atualizado apenas o entendimento de quais seriam as prioridades de desenvolvimento para o País, mas tem também



atualizado as práticas de repressão e de criminalização, as quais nós esperávamos que houvessem cessado com o fim da ditadura militar. Infelizmente, essas práticas se repetem cotidianamente nessa região, com a entrada não autorizada de pesquisadores em área e com uma série de violências impostas a essas comunidades, como já foi mencionado aqui, inclusive com o assassinato de um indígena munduruku, Adenilson Kirixi, que foi morto pelo Estado brasileiro durante uma operação da Polícia Federal.

Como o tempo já avança, eu gostaria, então, de chamar a atenção para alguns pontos que considero cruciais e que são tratados mais detidamente em diversos artigos do livro. Um deles é o fato de que é preciso tratar em conjunto os diversos empreendimentos que estão sendo planejados para a Bacia do Tapajós. Não se trata apenas de barragens para a geração de energia, mas do projeto de construção de uma hidrovía para o escoamento dessas *commodities* no norte de Mato Grosso e a instalação de um conjunto de portos, que já está ocorrendo em Itaituba e em Santarém, principalmente no Distrito de Miritituba, extremamente impactante. O asfaltamento da BR-163 também se conecta a esse entendimento da Bacia do Tapajós como um espaço para o escoamento de *commodities*. E, o que é muito importante, nós estamos falando de uma das maiores províncias auríferas do mundo.

O subsolo da Bacia do Tapajós está distribuído, está loteado. Se nós consideramos a base do DNPM os pedidos de exploração de pesquisa de lavras minerais, vamos ver que não é trivial, não é por acaso que essas hidrelétricas se concentram nessa região. Estamos falando de uma atividade eletrointensiva e da presença dessas barragens em um local que já está distribuído ao setor de mineração.

Todas essas atividades se conectam também ao aumento de uma série de atividades predatórias ilegais, e isso tem sido verificado. Há vários estudos que apontam, comprovam que, colados a esses empreendimentos, nós assistimos à intensificação de uma série de atividades predatórias ilegais, como o desmatamento, a grilagem e a especulação fundiária. Então, há uma conexão entre o setor público, o setor privado e as atividades legais e ilegais. Eles se conectam para realizar ações impactantes, tremendamente violentas, que têm transcorrido nessa região.



Também é importante frisar que, para o desenvolvimento desses projetos, todos eles têm ocorrido com profundas violações à lei. Isso já foi mencionado aqui antes, mas é importante lembrar que terras indígenas deixaram de ser declaradas, que uma reserva extrativista deixou de ser criada, que unidades de conservação foram desafetadas por meio de medida provisória, como ocorreu no Parque Nacional da Amazônia e em outras áreas também. Portanto, este é o cenário, só para dar alguns elementos ao debate.

Gostaria também, antes de concluir, de frisar que as barragens não são inexoráveis. Ao contrário do que tem sido apresentado na imprensa hegemônica, é inaceitável que esses projetos sigam adiante, que os múltiplos usos desses rios venham a ser todos solapados para beneficiar apenas alguns setores privados, como o setor barrageiro, o setor da mineração e o setor agrícola.

É fundamental que avancemos no debate. O que temos observado é que esses projetos têm ocorrido à margem do debate público. Há impactos sem precedentes numa Bacia pouco conhecida e extremamente sociobiodiversa. E esses projetos têm sido tocados com um pé na ilegalidade e à margem do debate da população brasileira. Queremos saber se essa é, realmente, a prioridade para o desenvolvimento da Amazônia e do Brasil.

Eu agradeço aos senhores pela atenção.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Daniela.

Passo a palavra agora ao Sr. Philip Fearnside, professor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA.

O SR. PHILIP FEARNSIDE - Como foi falado, eu sou Philip Fearnside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA.

Antes de mais nada, deixem-me fazer a propaganda do *site*, onde há muito mais informações sobre essas obras e muitos outros assuntos referentes à Amazônia.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Também é importante dizer de onde vem o meu dinheiro. São dessas fontes (*mostra tabela*), que são todas fontes acadêmicas, sem a participação de nenhuma empresa hidrelétrica, de soja, etc., na lista.



Os senhores já ouviram falar bastante sobre as hidrelétricas do Tapajós, mas, no Tapajós propriamente dito, há três barragens, fora as que estão nos afluentes. E a mais polêmica, além dessa primeira, da qual estamos falando, é a de Chacorão. Essa barragem não aparece no Parque, não aparece no Plano Decenal, nem na ELETROBRAS, mas há todos os indícios de que é, realmente, uma prioridade do Governo.

Vê-se que, por exemplo, nos planos das hidrovias, as eclusas prioritárias são essas. Sem essas eclusas, não haverá hidrovia que leve a soja de Mato Grosso aos portos, com acesso ao Rio Amazonas. Então, tem que haver uma na Cachoeira de Chacorão, senão não passam as barcaças. Obviamente, há muita pressão do setor de soja de Mato Grosso para fazer essa hidrovia. E também aparece, por exemplo, em um estudo de viabilidade das primeiras duas usinas a Barragem de Chacorão, que inunda 11,7 mil hectares dentro da área indígena munduruku, que é uma área oficial já criada.

Na Bacia de Tapajós, pela lista da ANEEL de 2015, preveem-se 43 barragens de pelo menos 30 megawatts, fora as PCHs, que aparecem em maior número. Várias delas têm conflitos com áreas indígenas e unidades de conservações. Há mais detalhes em um ou dois capítulos que escrevi do livro.

O Chacorão inunda parte da área indígena munduruku, mas também a terra indígena sawré muybu, que ainda não foi oficialmente criada. Foi feita uma declaração no dia 19 de abril, que é o primeiro passo para a criação, mas faltam várias partes para ser realmente oficializada como terra indígena.

É uma situação muito preocupante, porque a primeira ação que houve depois da mudança de Governo foi um pedido da bancada ruralista para rever todas as decisões dos últimos meses do último Governo. E o Ministro da Justiça já deu uma entrevista à *Folha de S.Paulo* dizendo que, realmente, iria fazer isso. Então, há uma grande preocupação, porque todas as aldeias na área estão na beira do rio e seriam deslocadas.

Esse é o cacique Juarez, dos sawré muybu, que está mostrando uma placa para marcar o local chamado pelos mundurukus de “travessia dos porcos”, ou seja, o fecho do Rio Tapajós, onde o ancestral deles criou o Rio Tapajós a partir de quatro caroços de tucumã. As pessoas estão mais preocupadas com essa perda dos locais



sagrados do que com a própria perda dos peixes, que é uma coisa essencial para o povo. E isso nem consta no EIA-RIMA como impacto, não é nem considerado.

No EIA-RIMA, realmente, há muitas coisa impressionantes. Por exemplo, sobre os ecossistemas aquáticos, diz-se o seguinte: *“A baixa expectativa de que altere significativamente as condições naturais dos ambientes aquáticos”*. Ou seja, haverá peixes normalmente, etc., coisa que nunca aconteceu com nenhuma barragem até hoje.

Com relação aos ecossistemas terrestres, diz-se que o desmatamento está diminuindo na Amazônia, então não haveria problema nenhum. Agora, outras análises mostram que muito desmatamento seria provocado pela barragem. Inclusive, pela hidrovía, todo o norte de Mato Grosso seria transformado em soja. Portanto, esta é outra coisa impressionante.

Enfatiza-se também o trecho de uma antiga lei e que dá ao Governo o direito de fazer obras nas áreas indígenas, coisa que nem vale mais. Eles poderiam ter ressaltado o art. 231, § 5º, da atual Constituição, que diz que é vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras. E a parte indígena foi colocada nos Anexos Gerais do EIA-RIMA, essa é uma das grandes irregularidades, que saiu meses depois dos documentos e depois do RIMA. Ou seja, depois de todas as conclusões sobre a viabilidade da obra, não havia nada sobre a parte indígena, que é uma das questões mais críticas da obra.

Também há a preocupação com os ribeirinhos que são afetados. Mas se faz tudo no EIA-RIMA para dizer que não são povos tradicionais. Se fossem considerados povos tradicionais, teriam direito à consulta prévia, da mesma forma que os povos indígenas, de acordo com a lei brasileira e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Alega-se que há divergências quanto ao direito da consulta, se esses povos tradicionais, como os ribeirinhos, teriam esse direito. Obviamente, nem a única comunidade que pela Justiça brasileira foi declarada tradicional, que é a Montanha-Mangabal, teria direito à consulta.

Eles dão algumas opções a esses ribeirinhos, como a indenização total em dinheiro, que sempre foi um desastre onde aconteceu, porque, em pouco tempo, as pessoas ficam sem nada. Enfim, isso é o que foi colocado. Até mostram um mapa



que dá legitimidade a um dos maiores casos de grilagem na Amazônia, que foi oficialmente reconhecido como tal pela Justiça, mas que continua ali. E colocam isso como vantagem, porque são grandes propriedade. Então, não inundam propriedades inteiras, não tem que realocar as pessoas, nem precisariam fazer qualquer coisa para mitigar, basicamente. Como mencionado, não se concretizou a proposta de criação de uma reserva extrativista, aprovada pelos ribeirinhos, e tão somente em razão de interesse da área ocupada para projeto hidrelétrico do Governo.

Isso tem ido para frente por meio de múltiplas aplicações das leis de segurança que foram mencionadas aqui. Essa é de 1964, da época militar, que dá direito a suspender qualquer decisão jurídica a fim de evitar grave lesão à economia pública. Obviamente, qualquer barragem é importante para a economia pública. Isso foi ampliado em 1992, depois da Constituição de 1988, e pode incluir todas aquelas situações ali, a requerimento do Ministério Público. E, em 2009, acrescentou-se que caberá agravo dessa decisão, sem efeito suspensivo.

É importante mostrar isso, porque a maior parte da população brasileira nem sabe que existem essas leis. Quando as barragens vão para frente, e as decisões são derrubadas, nada sai nos jornais, só se diz que o juiz tal tomou uma boa decisão, etc. Não se tem ideia de que pode haver 50 páginas que listem todas as leis violadas, de um lado, e, de outro lado, há só um parágrafo que diz que isso é importante para a economia. Não se passa isso para o público.

É importante lembrar que se decide sobre novas leis e sobre a retração das velhas. Então, é fundamental que, mais cedo ou mais tarde, essas leis sejam revogadas. E há uma série de novas ameaças surgindo.

Esse é um trabalho que publiquei na revista *Science* três semanas atrás. Novas leis e emendas constitucionais estão tramitando em regimes de urgência, e não está saindo nada na mídia. Está-se usando como desculpa a vontade de todo o mundo de ajudar a economia a se recuperar com o objetivo de passar para frente essas coisas, mesmo sendo desastrosas para o futuro do País.

Vou mencionar várias leis, como a Medida Provisória nº 727, de 2016, que passou esses dias; e agora saiu do nada, três semanas atrás, um projeto de lei, que está tramitando em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Ele basicamente



faz a mesma coisa que o projeto de lei do Senador Romero Jucá. Segundo a imprensa, o Relator quer substituí-lo pelo texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2012, que acaba de vez com o licenciamento ambiental. Então, estamos em uma situação extremamente grave.

Deixem-me terminar lembrando esse mapa. Só em 2010, foi a única vez, o Governo liberou o total de barragens que seriam construídas na Amazônia, de acordo com o Plano Decenal. São 79 grandes barragens, e isso vai evoluindo. Mas, basicamente, todos os rios, do Rio Madeira para o leste, seriam convertidos em cadeias contínuas de lagos, um lago depois do outro. Isso tem enormes impactos: a emissão de gases, o efeito estufa — há um capítulo no livro sobre isso —, a migração de peixes e o mercúrio. Há muitos diferentes impactos. Mas é importante lembrar que a população tradicional da região, que são os ribeirinhos e os povos indígenas, mora na beira dos rios e dependem dos rios para tudo. Então, basicamente, está-se removendo toda a população tradicional de dois terços da Amazônia brasileira. Há um enorme impacto humano também.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Philip.

Passo a palavra à Sra. Andreia Fanzeres, Coordenadora do Programa de Direitos Indígenas da Operação Amazônia Nativa — OPAN.

A SRA. ANDREIA FANZERES - Bom dia a todos e a todas.

É um prazer estar aqui para apresentar a vocês uma contribuição do que foi a participação da Operação Amazônia Nativa — OPAN no livro *Ocekadi* — aprendi a pronunciar.

A nossa ideia é falar rapidamente de uma parte pouco conhecida da Bacia do Tapajós, que é a Sub-Bacia do Rio Juruena, onde se localizam as principais nascentes do Rio Tapajós. Trata-se de uma região, do ponto de vista do planejamento energético, especificamente hidrelétrico, pouco conhecida, mas, do ponto de vista da produção agropecuária, chama muito a atenção não só do País como do mundo por ser conhecida como o coração do agronegócio no Brasil. Estamos falando da região norte do Estado de Mato Grosso.

(Segue-se exibição de imagens.)



É lá, na terra indígena Irantxe, no Município de Brasnorte, que vive a D. Maria Hilda. Certa vez, quando a OPAN estava desenvolvendo um trabalho junto a essa população indígena, ela disse o seguinte: *“Estive semana passada na PCH Bocaiúva. Realmente os engenheiros falavam que não ia ter impacto sobre os peixes e outros animais. Mas você vai lá e vê que é totalmente o contrário. Você navega 1h30 no rio e não vê um peixinho. Você não acredita, é uma mudança total, uma tristeza de ver”*.

A Dona Maria Hilda está falando da PCH Bocaiúva, que foi construída em 2008, 30 quilômetros para fora da terra indígena, num lugar onde, supostamente, não haveria impacto nenhum, razão pela qual as obras foram iniciadas sem que os indígenas fossem sequer comunicados.

A PCH Bocaiúva foi construída para gerar 30 megawatts de energia no Rio Cravari. Hoje, na verdade, o que essa usina representa para o rio e para aquele povo indígena? A vazão do rio é tão pouca que, além de não haver peixe, não é possível gerar a energia que se esperava. Em vez de operarem quatro turbinas, opera apenas uma, às vezes duas. A vazão foi superestimada no processo de licenciamento.

A PCH Bocaiúva está representada na imagem por este triângulo vermelho. *(Aponta para mapa.)* Vejam que o Rio Cravari cruza duas terras indígenas — Irantxe e Manoki — e desagua mais lá embaixo, no Rio do Sangue.

Mesmo com a vazão tão pequena do rio e com um impacto tão relevante da usina sobre os peixes na região, o planejamento energético vigente prevê ainda a construção de outras três usinas no Rio Cravari, sendo que a Usina de Faveiro, mais abaixo, já tem licença prévia.

Como acontece em outras regiões do País, os inventários hidrelétricos não poupam nem mesmo o interior de terras indígenas, prevendo usinas em territórios hoje vedados pela Constituição. Contando tudo o que há hoje inventariado para o entorno dessas duas terras indígenas, encontram-se 11 usinas.

Fica claro que esses pequenos empreendimentos podem gerar grandes impactos, especialmente quando se toma, numa dimensão mais ampliada, o cenário da Bacia do Juruena, dessa região das nascentes do Tapajós.



Esta imagem é um recorte do mapa que está anexado ao livro que estamos lançando. Mostra mais de cem empreendimentos hidrelétricos, entre PCHs e UHEs, previstos para a Bacia do Juruena. Cerca de 20% deles já estão em construção ou em operação. De todos esses empreendimentos, aproximadamente 85% localizam-se em rios que cruzam terras indígenas ou que fazem o limite dessas áreas.

A Bacia do Juruena, como vocês podem ver, é um lugar bastante protegido, graças às terras indígenas, mas também às unidades de conservação estaduais e federais, que protegem cerca de 4 milhões de hectares. É o local onde vivem aproximadamente 500 mil pessoas.

Como Daniela bem lembrou, a Bacia do Tapajós e as suas Sub-bacias de Juruena, Teles Pires e Jamanxim não são um lugar desabitado, ao contrário. Trata-se de um local com riquíssima biodiversidade e sociobiodiversidade. O País deveria olhar para isso, para conhecer melhor seu patrimônio cultural e histórico.

Eu vou apresentar agora alguns casos emblemáticos. O mais emblemático de todos aconteceu na Bacia do Rio Juruena. Apesar de a maior parte desses empreendimentos ainda estar na fase de planejamento e de inventário, o povo enawenê nawê sofreu e vem sofrendo com os impactos de uma série de hidrelétricas que foram construídas no início dos anos 2000 no alto curso do Rio Juruena, com o pretexto de que elas não iriam exercer qualquer impacto sobre a terra indígena. Afinal de contas, a sequência de dez empreendimentos hidrelétricos, dos quais cinco já se encontram em operação, estava longe da terra indígena, a aproximadamente 26 quilômetros do limite da terra indígena.

O povo enawenê nawê, como muitos sabem, realiza diversos rituais, e o mais conhecido deles é o Yaokwa, o mais longo da Amazônia. Não é à toa que esse ritual foi tombado como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN e incluído na lista do patrimônio cultural e imaterial da UNESCO. No processo de tombamento desse ritual, foram identificadas medidas urgentes de salvaguarda que devem ser adotadas para proteger esse ritual, que representa cultura, representa sociedade e representa natureza para o povo indígena. Ele é baseado — eu vou falar muito primariamente — na existência dos peixes, porque eles precisam dos peixes para realizar tudo isso. No mesmo ano em que o ritual foi tombado pelo Estado brasileiro, as usinas iniciaram sua operação.



Em vez de poderem acessar os peixes do Rio Juruena para a realização desse ritual, os indígenas passaram a depender de entrega de peixe e de frango congelados.

Esses dez empreendimentos inventariados formam o chamado Complexo Hidrelétrico do Juruena, como a Dra. Márcia falou anteriormente, e foram planejados para serem implantados numa extensão de 263 quilômetros do Rio Juruena. Como eles foram os primeiros empreendimentos hidrelétricos da Bacia, vale a pena citar alguns dos atropelos que aconteceram naquela época e que não tiveram qualquer repercussão ou qualquer influência sobre os outros processos de licenciamento que vieram a ocorrer depois nessa região. A licença prévia foi concedida numa velocidade enorme, em 3 meses. E o Ministério Público e a sociedade em geral só souberam o que estava acontecendo quando o empreendedor, que no caso era o Grupo Maggi — Blairo Maggi era Governador do Estado de Mato Grosso na época —, requereu à Secretaria de Meio Ambiente a renovação das licenças. Foi aí que todos ficaram em alerta para saber o que estava acontecendo. Mas já era tarde.

Essa série de empreendimentos foi feita sem estudos ambientais qualificados. Estamos nos referindo a esta área. (*Aponta para mapa.*) A Secretaria de Estado de Meio Ambiente — SEMA não exigiu estudo de impacto ambiental para cada uma dessas usinas. Depois, os estudos puderam ser feitos individualmente, e não considerando o impacto cumulativo e os efeitos sinérgicos de todo esse complexo hidrelétrico sobre as terras indígenas próximas e sobre os outros aspectos da região.

Além dos estudos qualificados, faltou a análise de impactos cumulativos, faltou a participação da FUNAI, foi violado o direito de consulta aos povos afetados. Esses empreendimentos foram sujeitos a diversas ações do Ministério Público Federal. Por conta disso, o processo de licenciamento sofreu diversas interrupções, inclusive em função de invasão do canteiro de obras, quando o povo enawenê nawê resolveu se manifestar de forma mais incisiva quanto a tudo isso.

Esse assunto, a princípio, pode parecer bastante localizado. Por isso, nos perguntamos o que a Câmara dos Deputados pode fazer em relação a esse assunto. Em vez de discutir a flexibilização do licenciamento ambiental, a Câmara pode discutir o aprimoramento do licenciamento ambiental por causa desses



diversos atropelos e das diversas situações que estão acontecendo e que são relatadas no livro.

Como podemos conceber um licenciamento melhor? Com a garantia da consulta livre, prévia e informada em todas as fases do processo; com a necessidade de Avaliação Ambiental Estratégica, que é belissimamente contada no livro através do artigo de Brent; com a implantação de mecanismos efetivos de participação dos povos potencialmente afetados na tomada de decisão; com a transparência dos processos de inventário e licenciamento, já que é muito difícil se obter qualquer informação dentro das Secretarias de Meio Ambiente a respeito da tramitação desses processos; e com estudos de impacto ambiental completos. Na Bacia do Juruena, já vivenciamos situações um tanto quanto absurdas, como um estudo de impacto ambiental localizar um lobo-do-ártico na Amazônia. Isso aconteceu. Também há cópia e cola de estudos geológicos de um empreendimento para outro. Os estudos são tão amadores, na maioria das vezes, que sequer o nome das usinas é alterado. Por exemplo, estão tratando de uma usina na Bacia do Juruena, mas mencionam o Rio das Mortes, afluente do Rio Araguaia. Mencionam outros lugares e outros povos que não têm nada a ver.

Para que os órgãos ambientais tenham plena condição de trabalhar, é preciso que eles sejam fortalecidos, que eles tenham orçamento e recursos humanos. Devem também ter condição de fazer o monitoramento das condicionantes dos empreendimentos, para que tudo não dependa da versão que o empreendedor apresentar para a população sobre o que aconteceu ou deixou de acontecer. A capacidade de monitoramento de condicionantes está aí, dentre outras coisas.

Isso tudo deve ser observado para que não aconteça o que ocorreu no Rio Buriti, um afluente do Juruena que tem uma beleza incrível e que tem um canteiro de obras parado há 14 anos. Esse empreendimento fica a 6 quilômetros da terra indígena Tirecatinga, onde vivem representantes de cinco etnias diferentes. O empreendimento foi iniciado sem estudo do componente indígena e sem aprofundamento dos estudos de impacto ambiental. Por conta disso, ele foi paralisado, os indígenas ficam sem acessar locais tradicionais de pesca, e o empreendedor fica sem poder exercer sua atividade. Nesse canteiro de obras, há turbinas, casa de máquinas, alojamento de funcionários, tudo apodrecendo.



Então, não falamos tudo isso para barrar e para atrapalhar, mas para tornar mais eficientes e responsáveis os processos de licenciamento.

Por fim, o que a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Direitos Humanos, que estão aqui nos ouvindo, podem fazer? Tanto no Senado quanto na Câmara existem diversos projetos que ameaçam diretamente a qualidade do meio ambiente do País e o bem-estar das populações, principalmente das minorias. Não vou entrar em detalhes sobre esses projetos, porque meu tempo já acabou, mas são eles: a PEC 65/12, o PL 654/05, o PLS 620/15, a PEC 215/00, que nos grita, a PEC 76/11 e o PL 1.610/96, sobre mineração em terras indígenas, entre muitos outros. Se Deputados e Senadores se sensibilizassem para aprimorar o licenciamento ambiental, a primeira coisa a ser feita deveria ser impedir o avanço desses projetos no Congresso Nacional.

Eu os deixo com a imagem do Rio Buriti. Sua cor e sua beleza mostram por que o Rio Tapajós é tão grandioso e imponente. Mas, de acordo com os inventários da ANEEL, estão previstas 15 PCHs no Rio Buriti. Espero que tenhamos força suficiente para impedir retrocessos tão grandes e ameaças tão significativas para o patrimônio ambiental, cultural e social do País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Andreia. Essa agenda toda depende muito mais, nesses tempos sombrios, da pressão social que vem para cá. Com a composição parlamentar e a situação atual do Executivo, não dá para prevermos outra coisa, a não ser mais retrocessos ainda. O lançamento do livro, este debate e outros que V.Sas. estão fazendo em outros lugares são ações importantes para mobilizar a sociedade.

Eu quero agradecer a todos os participantes desta Mesa e, antes de desfazê-la, exibir o vídeo do Sr. Brent. Vamos assistir ao vídeo e, depois, V.Sas. podem sair desta Mesa, para compormos a próxima.

(Exibição de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. BRENT MILLIKAN - Como todos aqui viram, este é o *trailer* de um documentário dirigido pelo cineasta Todd Southgate. Muitos de nós já conhecemos outros trabalhos realizados por ele, como o documentário sobre a hidrelétrica de



Belo Monte, comparando-a com a grande barragem de Ilisu, na Turquia, em um filme chamado *Damocracy*. O foco desse documentário é a trajetória de Belo Monte, mas ele faz uma ligação com Tapajós.

Na realidade, eu acho que isto é muito pertinente com o que estamos discutindo aqui, porque estamos falando de um modelo que começou com outros empreendimentos, até na década de 70, como Tucuruí e Balbina, na década de 70; depois, com as barragens do Rio Madeira, no Rio Tocantins e em outros, como a de Estreito; agora, com a de Belo Monte e, mais recentemente ainda, com a barragem de Teles Pires, chegando até as PCHs do início deste século.

Então, estamos falando de modelo. É muito importante ver essa trajetória, ver a situação de Belo Monte e as semelhanças, para identificar o que deve ser evitado em outros lugares, como na Bacia do Tapajós.

Lembro-me de algo que foi dito ontem no seminário sobre licenciamento ambiental, com a Malu Ribeiro, da SOS Mata Atlântica, que disse que não podemos repetir os erros do passado; não temos o direito de repetir erros como os de Mariana, como o desastre causado pela Vale do Rio Doce, com a Samarco; não podemos repetir os erros de Belo Monte.

Então, acho que esse filme ajuda a estimular o debate também. Queremos divulgar e aproveitar bem esse filme, com duração de mais ou menos 50 minutos. Estamos na fase de finalização do filme. A narração será feita por Marcos Palmeira, o ator. Há também uma versão em inglês, narrada pelo ator Peter Coyote, também muito talentoso, que fez um belíssimo trabalho. Vamos ter essas duas versões.

Esperamos o seu lançamento para o próximo mês — não é, Bivi? —, mas ainda estamos planejando com os parceiros. Avisaremos quando será o evento de lançamento, que se realizará aqui em Brasília.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Brent. Obrigado, Mesa.

Vamos agora montar a próxima Mesa.

Gostaria de convidar, para compor a próxima Mesa, o João Akira Omoto, Procurador Regional da República do Ministério Público Federal; Wilson Cabral de Sousa Júnior, Professor Associado do Instituto Tecnológico da Aeronáutica — ITA;



Biviany Rojas Garzon, Advogada do Instituto Socioambiental; Josafá Akay Munduruku, representante do povo Munduruku, lá do Rio Tapajós; Francisco Firmino da Silva, representante da comunidade Montanha e Mangabal, no Rio Tapajós; Edson Duarte, Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; e o Thiago Almeida Garcia, Coordenador-Geral de Promoção do Registro Civil da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Então, passo a palavra ao João Akira, por 10 minutos.

O SR. JOÃO AKIRA OMOTO - Bom dia a todas e a todos.

Deputado Nilto Tatto, colegas da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores, é sempre uma honra ser convidado a falar em eventos desta Casa — afinal de contas, esta é a Casa do povo.

É fundamental que fortaleçamos os instrumentos democráticos de discussão e participação em todos os processos, a ampliação da vida pública e, enfim, dos espaços públicos, especialmente naquilo que diz respeito a empreendimentos voltados ao desenvolvimento do País, já que nos parece que não há desenvolvimento sem democracia e sem o reconhecimento de direitos humanos no processo de implantação dos grandes projetos.

Eu fui convidado pelo Brent, organizador do livro, a escrever o prefácio da obra, o que nos lança o desafio de, em não mais do que duas laudas, procurar fazer um resumo daquilo que são as imensas dificuldades e os problemas que encontramos e que vemos, a partir do Ministério Público Federal — afinal de contas, sou membro do Ministério Público e falo do lugar de onde estou —, nesses processos todos.

E nós optamos por fazer uma leitura bastante abrangente e geral focada em dois pontos que dizem respeito à participação democrática nos processos, participação que deveria existir desde as fases iniciais de planejamento até o final, quando o projeto já entra em operação.

Também optamos por levantar a questão da própria escolha que temos feito em relação à expansão da geração de energia com prioridade absoluta para a hidroeletricidade, apesar de todos os nefastos efeitos que ela provoca.

Como eu menciono no referido prefácio, apesar de termos uma vasta experiência na implantação de empreendimentos no setor hidrelétrico no Brasil,



parece que aprendemos muito pouco em termos de garantia de direitos e respeito às populações atingidas pelos empreendimentos no setor hidrelétrico.

Então, isso nos preocupa bastante. Apesar de termos vindo apontando, no decorrer de todos esses anos de trabalho do Ministério Público, muitas falhas — as quais, inclusive, são reconhecidas judicialmente pelo Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar desta Casa, em vários de seus julgados —, não temos visto essa questão ser incorporada aos procedimentos de autorização, planejamento e licenciamento ambiental desses grandes projetos.

De fato, são questões que nos parecem muito relevantes. O planejamento do setor elétrico é ainda muito pouco participativo. As escolhas realizadas nesse planejamento são frequentemente questionadas. Então, questiona-se efetivamente a legitimidade dessas escolhas; devemos saber se, de fato, elas correspondem aos anseios da sociedade, ou se são feitas exclusivamente para atender ao mercado e ao investidor.

Planeja-se também a expansão do setor com base em um crescimento do PIB, o que, na verdade, não vem ocorrendo. Então, questionamos a justificativa, por exemplo, do pacote lançado ontem em relação ao setor elétrico, exatamente pela indagação que fiz, ou seja, será que se justificaria ainda manter esse nível de expansão com fortes impactos sobre o meio socioeconômico, quando sequer conseguimos estabelecer mecanismos de garantias, de direitos, quando o País ainda está em recessão? Será que não seria o caso de abriremos para uma discussão pública mais efetiva, com a ampliação desse espaço público de discussão?

Portanto, são questões que cabe à sociedade decidir; estamos apenas levantando questionamentos. Mas, ao que nos parece, de fato, é necessário que passemos por uma ampliação dessas discussões públicas.

Outra questão que nos parece muito relevante é que já se avançou muito no mundo em termos de possibilidade e diversidade de fontes para geração de energia elétrica.

Infelizmente, o Brasil tem incorporado isso com uma defasagem muito grande. No caso, por exemplo, da fonte de geração eólica, o Brasil veio muito atrás de países desenvolvidos ou mesmo dos em desenvolvimento, porque negava



incorporar em seu planejamento oficial a possibilidade de incorporação dessa fonte que, hoje, por imposição do mercado, acabou se tornando a segunda fonte de energia elétrica no Brasil.

Está acontecendo a mesma coisa hoje em relação à energia solar e a outras fontes alternativas, embora, obviamente, de menor capacidade de geração. Mas todos os especialistas do setor elétrico, inclusive para a questão de segurança energética do Brasil, apontam para a necessidade de uma diversificação das fontes.

Portanto, apostar exclusivamente, ou quase que exclusivamente, na geração hidrelétrica implica situações de extrema vulnerabilidade, como aconteceu na recente crise hídrica, que, obviamente, interferiu de forma direta na geração de energia elétrica no País.

Houve, recentemente, uma experiência no Brasil chamada “Plataforma Cenários Energéticos”, na verdade, um exercício por parte de setores da academia — a exemplo do ITA, da COPPE, do Rio de Janeiro, que têm excelência no que diz respeito à questão energética, e do Greenpeace —, enfim, de uma série de instituições reconhecidas no cenário socioambiental e de geração de energia que se reuniram para fazer uma proposta alternativa de planejamento do setor elétrico brasileiro para um cenário de 30 ou 50 anos — não me lembro exatamente agora o tempo de cenário previsto.

Esse exercício visava buscar a introdução de outras fontes de geração de energia. E o cenário, por exemplo, apresentado pelo Greenpeace, foi o que mais avançou em termos de novas tecnologias, enfim, e prevê, por exemplo, para 2050, a possibilidade real de o Brasil ter a maior parte da sua geração de energia pela energia solar e solar de teto. Isso dependeria, obviamente, de investimentos em tecnologia e de uma mudança radical no planejamento do setor elétrico.

Ou seja, na verdade, o que precisamos fazer, de fato, é abrir essa discussão com a sociedade. Um quarto da geração elétrica na Alemanha é de energia solar. Ou seja, há alternativas. Precisamos abrir esse debate à questão dos custos.

A partir do momento em que haja investimento, eles se reduzem em muito, e as perdas de biodiversidade e de sociodiversidade também são reduzidas, que são custos e perdas que, obviamente, não temos como resgatar.



O debate dessas questões, acho, é necessário, especialmente neste momento em que, no último dia 12, houve a conversão em lei da medida provisória que trata do Programa de Parcerias de Investimento. O art. 18 do referido texto, sob o título “*Liberação de Empreendimentos do PPI*”, previu a necessidade de que haja o engajamento dos órgãos envolvidos na estruturação, liberação e execução dos projetos ali estabelecidos, inclusive no que diz respeito ao licenciamento ambiental.

Está aprovado e já foi encaminhado. Foi o texto de uma medida provisória, um dos primeiros atos do atual Governo, mas, parece-me, houve pouca discussão com a sociedade.

Obviamente, diante da aprovação, até porque o País viveu momentos bastante conturbados nos últimos tempos e não houve a possibilidade de uma discussão mais aprofundada dessa questão no Ministério Público, é evidente que o referido art. 18 exige uma leitura conforme à Constituição Federal. E é evidente que essa liberação tem que ser lida no sentido de que todos os procedimentos devem buscar a garantia dos direitos fundamentais envolvidos.

Da mesma forma, está em tramitação, em nível bastante acelerado nesta Casa, a Lei Geral de Licenciamento Ambiental, por meio do Projeto de Lei nº 3.729, que prevê várias alterações, algumas muito bem-vindas, a exemplo da introdução da avaliação ambiental estratégica de maneira mais clara na legislação — embora entendamos que essa avaliação já exista, por conta de estar prevista na Convenção de Biodiversidade, que, inclusive, tem caráter supralegal, por conta da posição que o Supremo Tribunal Federal adotou em relação aos tratados que têm por objeto direitos humanos.

Enfim, a Lei Geral de Licenciamento Ambiental passa, neste momento, por esse processo de discussão, mas também traz algumas outras alterações bastante preocupantes. Neste momento, o Governo Federal discute um substitutivo de consenso entre Governo e sociedade, especialmente com o setor produtivo, que prevê duas questões que me preocupam e que destaco para trazer neste momento, sendo a primeira delas a redução da participação pública em momentos, acho, muito relevantes no processo de licenciamento.

Isso precisa ser bastante discutido, porque implica retrocesso socioambiental, que também não é condizente com o atual Estatuto Constitucional.



A segunda questão que me preocupa é a possibilidade de aprovação de licenças por decurso de prazo, nas situações em que, consultados os órgãos que, de alguma forma, têm concorrer nesse processo de licenciamento — como FUNAI, IPHAN, ICMBIO, enfim, vários órgãos consultados em relação àquilo que lhes pertine na questão temática —, e caso não sejam cumpridos os exíguos prazos previstos nessa lei, haverá a possibilidade de seguir o processo sem a manifestação, por exemplo, da FUNAI.

Imaginem, por exemplo, uma obra como a usina de Belo Monte... Ora, se com os pareceres da FUNAI já há uma catástrofe, imaginem se não fosse dessa forma, ou seja, se a FUNAI tivesse que cumprir os exíguos prazos de 30, 60 ou 90 dias para se manifestar sobre um empreendimento dessa magnitude... Qual seria a possibilidade de haver perdas efetivas de direitos de sociodiversidade e direitos culturais?

Na verdade, não é compatível com o sistema constitucional socioambiental estabelecermos procedimentos que possam levar à perda ou à violação de direitos. Então, se isso acontecer, há clareza de que esse dispositivo é inconstitucional, e, obviamente, nós nos manifestaremos contra ele em todos os foros que se fizerem necessários.

Para finalizar, chamamos a atenção para o fato de que este é um momento bastante importante e delicado. Estamos em uma crise econômica e, obviamente, haverá todo tipo de pressão para que aproveamos situações que venham flexibilizar direitos, mas também é um momento importante de amadurecimento da democracia brasileira, para que possamos efetivamente fazer debates e consigamos garantir e assegurar aqueles direitos conquistados pela sociedade brasileira nos últimos anos.

Muitíssimo obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, João Akira.

Passo a palavra, agora, ao Prof. Wilson Cabral de Sousa Júnior, Professor Associado do Instituto Tecnológico da Aeronáutica — ITA.

O SR. WILSON CABRAL DE SOUSA JÚNIOR - Bom dia a todos e a todas.

Eu creio estar aqui por ter coordenado um estudo sobre o Complexo Hidrelétrico Tapajós, quando apresentado como projeto de Governo. Sou coautor do



livro que sintetiza essas considerações: *Ocekadi*: Hidrelétricas, Conflitos Socioambientais e Resistência na Bacia do Tapajós.

Pois bem, a análise que nós fizemos nesse projeto envolveu três etapas baseadas em três questões. A primeira grande questão era: será que é necessário construir novas hidrelétricas no Tapajós? A primeira tentativa de resposta nos fez buscar as fontes do planejamento energético brasileiro para analisar, de fato, as suas premissas, os seus pressupostos e se nós estamos de fato planejando corretamente.

A segunda questão é: o projeto do Complexo hidrelétrico do Tapajós é viável do ponto de vista socioambiental? Para investimento do Estado faz-se uma análise de viabilidade do projeto. Tal análise, no entanto, não contempla diversos problemas socioambientais, diversos impactos que passam a se tornar externalidades, ou seja, é uma relação em que se apropria privadamente dos benefícios e se transfere o custo para toda sociedade. Então, nós fizemos uma análise socioeconômica ambiental do projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

A terceira questão é: se é necessário, e o projeto pode ser inviável, quais são as alternativas a essa geração de que podemos lançar mão?

O estudo do ITA, mencionado pelo Procurador João Akira Omoto, foi feito por nossa equipe, projetando alguns cenários energéticos para uma matriz elétrica brasileira no sentido de mais inovação e mais sustentabilidade.

(Segue exibição de imagens.)

Vou tentar mostrar essas análises rapidamente. O tempo é curto.

No primeiro estudo, analisamos, então, as premissas, os pressupostos, para o planejamento energético brasileiro e para o planejamento da expansão do setor elétrico.

Como já foi falado aqui, uma das premissas básicas é o atrelamento consumo/demanda de energia ao PIB, ao Produto Interno Bruto do País. Há dois problemas com essa análise. Primeiro, os modelos que associam uma coisa à outra não são consensuais. Esse gráfico ilustra — os quadros circulados — as projeções com que a ELETROBRAS trabalhou no período de 2000 a 2005 e a demanda real, no segundo círculo. Há um número que está superestimado aí nesse processo. Pois



bem, ele também está diferente de outras possibilidades de modelos que apontem um atrelamento diferenciado nessa relação consumo-PIB.

Ora, se usamos um pressuposto equivocado, todo nosso planejamento, *a posteriori*, também pode estar equivocado.

O Complexo Hidrelétrico Tapajós analisado por nós nesse arranjo compreende cinco usinas hidrelétricas. Nós analisamos aí alguns custos socioambientais que não estavam no estudo de impacto ambiental apresentado pelos empreendedores. Todos esses custos socioambientais foram então valorados. Embora tenhamos feito um esforço considerável para valorá-los, eles são subestimados, porque nós não temos metodologia consolidada ainda para muitos desses valores — alguns deles sequer são mensuráveis. Como eu vou mensurar perda de biodiversidade? Isto é polêmico na academia.

Então, mesmo fazendo essa valoração, deixamos uma ressalva: isto é subestimado.

Essas foram as premissas da nossa análise. Basicamente, são os valores apresentados pelo projeto. Fizemos uma análise de risco associada ao estouro do custo da obra, ao estouro do prazo de execução da obra, dentre outros fatores. Os resultados apontam, num cenário mais otimista, do ponto de vista do empreendedor, um prejuízo de 1,6 bilhão de dólares; num cenário mais pessimista, que incluiria, por exemplo, um estouro de orçamento, um estouro de prazo, que sempre, sempre, acontece em obras de infraestrutura na Amazônia, o prejuízo poderia chegar aos 10 bilhões de dólares, superior uma vez e meia ao valor de todos os custos do próprio empreendimento, e com um custo socioambiental subestimado da ordem de 1 bilhão de dólares, que chega a ser quase um terço do valor previsto para o empreendimento. Isso como externalidade, como coisas que o estudo de impacto ambiental não contemplou, que as licenças não contemplaram e que seriam arcados pela sociedade, por nós todos, vivendo na região ou não.

Na análise de sensibilidade, para se ter uma ideia, o custo da construção é a principal variável sobre a análise de viabilidade. Quer dizer, qualquer variação nesse custo de construção — a média em obras amazônicas de infraestrutura é da ordem de 25 a 30% —, causaria um estouro e um problema de orçamento.



Esta é a análise de risco. Embora o gráfico esteja todo em azul, é tudo em vermelho. São 99,45% de risco de inviabilidade.

Esta é uma análise que fizemos, pensando no seguinte: se acontecer a implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, e as condições de contorno acontecerem da mesma forma como no Complexo Hidrelétrico Belo Monte, qual seria o impacto — em termos só de uma variável, o desmatamento e, depois, a perda de carbono —, considerando a Bacia do Tapajós?

Isto aqui seria o impacto residual normal e essa mancha vermelha ampliada seria o impacto residual, caso acontecesse como Belo Monte. Ou seja, cabe dizer que sempre que se apresentam novos projetos, diz-se: “*Não, agora nós faremos diferente*”, e nunca se vê a diferença acontecer. Então, o que pode acontecer, certamente, é algo como aconteceu em Belo Monte, um empilhamento de impactos não previstos e não considerados no licenciamento ambiental.

Como extensão desse impacto, algo em torno de 6.800 quilômetros quadrados de áreas desmatadas, boa parte delas pressiona unidades de conservação, recentemente criadas e recentemente desafetadas para construção do complexo hidrelétrico. Então, são políticas públicas, projetos de Estado batendo com políticas públicas de conservação e preservação, que foram importantes em determinado momento.

Sobre o complexo hidrelétrico, nessa análise, há uma desnecessidade do complexo, à luz de mudanças na matriz rumo à sustentabilidade; inviabilidade econômica do projeto, do empreendimento; riscos econômicos com probabilidade de VPL negativo da ordem de quase 100%; e efeitos sinérgicos de baixa governança similar a Belo Monte podem levar ao desmatamento de até 17 mil quilômetros quadrados em 30 anos, se fizermos uma projeção de dinâmica espacial; e custos sociais subestimados da ordem de 1 bilhão de dólares, que seriam arcados pela sociedade.

Essas análises também estão no livro *Tapajós: Hidrelétricas, infraestrutura e caos*. Eu deixei algumas cópias ali, mas parece-me que já esgotaram. De qualquer forma, ele está disponível como *e-book* para *download* neste *website*.



Eu quero chamar a atenção também para projetos de novas hidrelétricas. Aqui há que se pensar em um cenário de mudanças climáticas, que nós possivelmente viveremos nos anos vindouros.

Este é o último resultado de modelo climático regional, executado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, num projeto conjunto, que incluiu o ITA e outras instituições, para dizer quais são as regras de adaptação para 2040 e 2100.

Este é um gráfico de precipitação que afeta, diretamente, a produção de energia elétrica e de abastecimento de água para as populações. Isto é representado como anomalia de precipitação. O que é isto? São variações de chuva em relação a médias históricas. Pois bem, em vermelho é menos chuva, e, em azul, mais chuva, em relação à média histórica. E a projeção que se faz nos cenários mais otimistas ou nos cenários mais pessimistas é a mesma, invariavelmente, para toda parte do Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com valores que variam, no cenário mais otimista, entre 15% e 25% de redução de chuva até 55% a 65% de redução de chuva. Esses elementos devem estar incorporados na análise de projetos hidrelétricos quando nós pensarmos em geração futura.

Nesse contexto, quais seriam as alternativas mais resilientes a esse tipo de análise? A projeções de mudanças climáticas que podem afetar a precipitação? Eu trago um extrato do estudo que João Akira mencionou do cenário apresentado pelo ITA, que se aproximou muito do cenário do Greenpeace, sobre as possibilidades para o Brasil.

Então, nós temos uma situação completamente factível. Esses modelos que nós utilizamos analisam todos os custos de implantação e viabilidade dessa implantação. Nós poderemos ter um cenário em que os itens solar/telhados, eólica, conjugada com o parque de hidrelétricas que nós já temos, mais eficiência energética, nos conduziria a um patamar muito mais sustentável do que o *business as usual* a que estamos acostumados a viver, com nosso tacanho planejamento energético.

Pois bem. Lanço, por fim, algumas questões.

Nesse contexto, licenciamento ambiental deveria ser eliminado, como se está propondo? Ou aprimorado, como também já se comentou aqui?



Crescimento e desenvolvimento. Que desenvolvimento se propõe para o País? Antes de responder se nós vamos construir estrada, ferrovia e hidrelétrica, devemos pensar em que desenvolvimento nós queremos. Nós queremos estrada e ferrovia hidrelétrica para exportar *commodities* a preço baixo sobre o qual nós não temos controle? Ou nós queremos um desenvolvimento sustentável, como nós demonstramos ao assinar vários acordos multilaterais? Qual é o espaço para sustentabilidade na política energética? Sustentabilidade inclui consulta às populações. Qual é o espaço de participação social e controle social no planejamento energético brasileiro? É nulo. Hoje, é nulo. Não existe, mesmo que normativamente tenhamos esses assentos.

O papel da inovação e do protagonismo na nova economia. Se quisermos ter um diferencial, se quisermos crescer economicamente nós podemos ser os novos *players*, podemos ser vanguarda nesse processo. Há vários itens em que nós podemos ainda ser vanguarda. O que nós queremos para o País? Nós queremos ser reboque ou queremos ser vanguarda nesse novo processo, nessa nova economia muito mais sustentável?

Eu acho que o encaminhamento dessas questões é importante, inclusive nesta Casa. Precisamos pensar, sobretudo, no valor dos serviços ecossistêmicos do futuro. As *commodities* do futuro não são soja e gado. As *commodities* do futuro são água e serviços ecossistêmicos. Vamos pensar nisso. Talvez tenhamos que pensar em mudar esses paradigmas para nos posicionar melhor para o que vem no futuro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Wilson Cabral.

Passo a palavra agora à Sra. Biviany Rojas Garzon, advogada do Instituto Socioambiental.

A SRA. BIVIANY ROJAS GARZON - Bom dia. Primeiro, eu queria agradecer pela oportunidade de participar desta importante audiência, agradecer ao Brent Millikan, à Daniela Alarcon e ao Maurício por terem convidado a equipe do Instituto Socioambiental a participar de um dos capítulos do livro e com ele contribuir.

Eu sou advogada do Instituto Socioambiental e trabalho principalmente no Programa Xingu. Durante os últimos 6 anos tenho acompanhado de perto a implementação e, agora, a operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.



Nossa participação específica no livro deve-se ao componente de financiamento dessas grandes obras. Por conta da experiência de acompanhar as obras de Belo Monte, nós tivemos que nos debruçar sobre o assunto para compreender, aprender e acompanhar o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social na promoção, viabilização e execução desse tipo de obras.

Minha apresentação parte do referencial dessa experiência. Vamos tentar falar do papel do financiamento público nessas grandes obras.

Eu gostaria de começar com essa caricatura. Ela me parece a metáfora de um problema que está instalado na mesa, um problema que tem sido colocado de forma transversal desde o início da conversa aqui: o conflito de interesses inerentes ao modelo definido para planejamento, licitação, licenciamento e financiamento de grandes obras de infraestrutura, com recortes no setor energético, que particularmente sofre sérios problemas e conflitos de interesse.

Esses conflitos de interesses estão presentes no próprio planejamento, como o Sr. Brent Millikan observou, e na ausência de participação, como anteriormente o Sr. Wilson Cabral de Souza Junior notou. A ausência absoluta de participação, porque quem faz os principais instrumentos para subsidiar tecnicamente esse processo de tomada de decisão pública são as próprias empreiteiras. São elas que elaboram os estudos de viabilidade técnica e econômica; são elas que elaboram os estudos dos inventários de bacia; são as mesmas empreiteiras que, por acaso, elaboram os estudos de avaliação de impactos ambientais.

Então, estamos com um conjunto bem fechado de atores que têm interesses claros com relação a confirmar a viabilidade desses empreendimentos e a executá-los.

No caso do financiamento, o conflito de interesses não é diferente. Ele se expressa na forma em que o sistema e o modelo de reprodução de acompanhamento de empreendimentos e de cobrança do cumprimento das obrigações socioambientais, que deveriam acompanhar esses empreendimentos, acontecem.

Essa metáfora da raposa que cuida das galinhas e que faz autodeclarações, reportando quantas galinhas ficam vivas no galinheiro, é uma metáfora que se



aplica, basicamente, ao modelo e, principalmente, ao financiamento público através do BNDES.

A apresentação será breve. Vou falar apenas destes dois componentes: O BNDES na Amazônia e Responsabilidade do BNDES sobre os danos socioambientais dos empreendimentos por ele financiados. Lembro a correlação da importância do debate nesta Casa, que as fontes principais do BNDES continuam sendo do contribuinte brasileiro, que correspondem a 80%, e do repasse do Tesouro Nacional, aprovado pelo Congresso Nacional. No ano de 2015, ainda correspondia a 56% dos recursos do BNDES e quase 30% do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o que, por conta de várias ações, resulta em um paradoxo. Sobre isso vou falar sobre isso um pouco mais para frente.

Esses são os principais empreendimentos, os financiamentos mais caros da carteira de empréstimos do BNDES durante os últimos 8 anos. Sem sombra de dúvidas, em primeiro lugar está a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A fonte é o Banco, e ela reporta que Belo Monte teve um empréstimo de 22 bilhões, o que não é verdadeiro, são quase 25 bilhões de reais. Nós contabilizamos os empréstimos-ponte, que realmente viabilizaram a ocorrência da usina, que conseguiram que ela se confirmasse, quase como um fato consumado ainda no meio do processo de discussão da sua viabilidade ambiental ou não.

Eu queria chamar atenção para esta coluna aqui que mostra a porcentagem do valor financiado pelo BNDES no custo total da obra. Para os senhores verem que, em média, a porcentagem de financiamento do BNDES dessas obras é de 65%. Isso, basicamente, para falar que sem o BNDES elas não têm como acontecer. Elas dependem dos juros baratos que o BNDES oferece no mercado e dos longos financiamentos. Belo Monte não aconteceu na década de 80, como não aconteceu o projeto de estradas do POLONOROESTE, no Acre e em Rondônia, financiados pelo Banco Mundial, porque o Banco Mundial desistiu depois das denúncias feitas por Chico Mendes e das denúncias feitas no Encontro dos Povos das Florestas, em Altamira, no ano de 1988.

Sem esse financiamento externo, da forma como o Brasil estava se propondo a fazer, esses empreendimentos não teriam acontecido. O Brasil não precisava mais desses recursos externos e garantiu que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte — o



Banco Mundial se negou a financiar na década de 80 — iria acontecer, já que 78% dos recursos iriam ser colocados pelo Banco e garantidos com juros baratos. Isso basicamente viabilizou esses empreendimentos.

O que isso quer dizer? Que o BNDES tem uma responsabilidade indiscutível com relação à existência e à forma como esses empreendimentos foram implementados.

Este é um infográfico desenvolvido pela *Agência Pública*. A reportagem mostra como os principais projetos financiados pelo BNDES foram contestados na Justiça. Todos os projetos hidroelétricos financiados pelo BNDES, todos, foram contestados na Justiça por questões ambientais; direitos trabalhistas — aqui está o paradoxo com o FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador — direitos de populações indígenas, principalmente direito de consulta livre, prévia e informada, desconhecida sistematicamente nos empreendimentos financiados pelo BNDES.

De novo, UHE Belo Monte. A segunda hidroelétrica mais contestada na Justiça pelo Ministério Público com relação a esses direitos é a Usina Hidrelétrica Estreito, no Maranhão. Ela não é muito famosa, mas a forma e as condições em que ela foi implementada são tanto ou mais truculentas do que as de Belo Monte.

Este é o princípio de responsabilidade geral estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, que permite responsabilizar judicialmente o BNDES pelos danos ambientais que acontecem em empreendimentos por ele financiados. Isso, de alguma forma, obriga o BNDES a estabelecer alguns tipos de procedimentos dentro das suas regras internas, mesmo que formalmente lhe permitam algum tipo de defesa judicial com relação a sua responsabilidade.

O BNDES estabelece uma cláusula padrão em todos os seus contratos de responsabilidade, incluindo duas fontes de verificação do cumprimento das obrigações socioambientais que os empreendedores e os beneficiários dos empréstimos têm em função dos recursos públicos que estão recebendo. A primeira fonte é um relatório do próprio empreendedor. Novamente, é a raposa que conta os ovos e autodeclara o atendimento de todas as condições de regularidade socioambiental do empreendimento que está sendo financiado, de forma que o empreendedor dependa dos desembolsos periódicos do banco.



Então, o banco amarra a dependência dos desembolsos à regularidade socioambiental do empreendimento. Quem certifica essa regularidade? O próprio empreendedor. E qual é o meio de verificação que acompanha a autodeclaração do empreendedor? É a vigência das licenças ambientais. Ou seja, enquanto as licenças ambientais estiverem vigentes, não há nenhum problema. Para eles, não interessa se há ações civis públicas na Justiça, se estão sendo contestados direitos fundamentais de populações tradicionais. Não interessa se um empreendimento tem sido multado administrativamente no próprio contexto do processo ambiental. A única coisa que interessa para o banco é a vigência da licença ambiental.

Isso cria situações ridículas como, por exemplo, o fato de que no mesmo mês em que foi assinado o contrato de financiamento principal da Usina de Belo Monte, de 22,5 bilhões de reais, ter sido imposta a maior multa — do IBAMA, de 7 milhões de reais — que Belo Monte já recebeu, por descumprimento de condicionantes e vigência de 21 ações civis públicas na Justiça, que contesta a legitimidade dos processos ambientais.

Hoje, há mais de 300 ações ingressadas pela DPU — Defensoria Pública da União — contra Belo Monte. A licença segue vigente. Aliás, agora não segue. Ontem, a Norte Energia foi notificada pelo *Diário Oficial* da suspensão da licença de operação por descumprimento de uma condicionante. Só que hoje, os desembolsos do BNDES para Belo Monte acabaram. Então, já não interessa. Hoje, quando a usina está em operação, para efeitos da operação financeira, agora é o momento de pagar o BNDES. Não mais de o BNDES fazer os repasses.

Portanto, são estes problemas básicos que configuram o conflito de interesses: automonitoramento unilateral e anacrônico, que vem da própria empresa e que compromete a independência dessa informação, e o problema de transparência seriíssimo do banco. Há a questão de como combatemos o conflito de interesses que há no modelo como um todo. Precisamos combatê-lo com mais transparência, mais democracia, com maior participação. É disso que estamos falando aqui. Não há outra forma. Acontece é que nós não temos independência nos processos de monitoramento, nós não temos transparência que permita o exercício da participação e o acesso à informação.



Assim, a grande barreira que o BNDES tem para se blindar nessa discussão com a sociedade são os argumentos relativos ao sigilo bancário e às cláusulas de confidencialidade que os beneficiários dos empréstimos do BNDES assinam com terceiros.

Vou falar sobre a transparência e terminar minha intervenção. Não é possível ler neste *slide*, minha intenção era que os senhores não lessem mesmo. É só para contar a saga referente à insistência do Instituto Socioambiental de ter acesso aos relatórios de auditoria ambiental independentes que o BNDES, no caso de Belo Monte, tentou implementar.

Depois de 3 anos de ter solicitado os primeiros relatórios dessa auditoria, depois de ter apelado à CGU, a última instância da Lei de Acesso à Informação, recentemente, há poucos meses, o ISA — Instituto Socioambiental finalmente teve acesso a esses relatórios.

Nesses relatórios, nós verificamos, basicamente, que a raposa não havia saído da sala, que os relatórios da auditoria socioambiental independente definida pelo banco, para tentar contornar o conflito de interesses em que estava envolvido no caso de Belo monte, demonstravam que não cumpriram com nenhum dos requisitos básicos e eles bebiam da mesma fonte que o empreendedor. Assim como bebe, infelizmente, o IBAMA, assim como bebe o próprio Banco.

A conclusão da minha apresentação é a seguinte: precisamos trabalhar para a responsabilização do Banco pelos passivos ambientais das obras já financiadas. As obras que foram aqui apresentadas, principalmente na própria Bacia do Tapajós, com a Usina Teles Pires, — são três usinas hidrelétricas financiadas no Teles Pires — estão absolutamente irregulares e foram totalmente financiadas pelo BNDES.

Há alguns passivos que o BNDES precisa reconhecer. Eles são consequência da forma como financiou esses empreendimentos. O Banco precisa trabalhar na aprovação e no aprimoramento de mecanismos mais públicos, abertos, transparentes e participativos de aprovação e monitoramento de operações com recursos públicos para esse tipo de empreendimento.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Biviany.



Passo a palavra agora ao Sr. Josafá Akay, representante do povo indígena munduruku, do Rio Tapajós.

O SR. JOSAFÁ AKAY - Bom dia a todos da Comissão, ao Sr. Deputado Nilto Tatto, à Mesa. Eu estou representando o meu povo, o povo munduruku. Recebi o convite do colega Brent Millikan. Estou aqui em nome do cacique-geral Arnaldo Kabá. É a primeira vez eu participo do lançamento do livro *Ocekadi*. *Ocekadi* significa nosso rio, na minha língua.

Na Bacia do Tapajós estão conectados vários rios pequenos. São as veias do Tapajós. É grande a biodiversidade, e também há uma diversidade de povos da Amazônia, como nós, principalmente o povo mundurucu. São pequenos agricultores, pescadores, populações tradicionais como ribeirinhos; a beleza do Rio Tapajós, a beleza das praias, a fauna e as próprias cachoeiras dos encontros dos peixes, principalmente os lugares sagrados serão diretamente impactados pela Usina de São Luiz, alvo do Governo Federal.

Estamos preocupados. O cacique-geral mandou uma mensagem para mim. Ele falou no vídeo que não está nem conseguindo dormir, porque é grande a preocupação com esse projeto do Governo. A gente veio aqui pra fazer uma passeata aqui em Brasília. Nós viemos e trouxemos responsabilidades da comunidade. Eles estão ansiosos. Sempre a gente bateu nessa tecla, fazendo reuniões, mobilizações. Foi grande a mobilização lá na cidade de Itaituba. Caravanas foram realizadas. Vários parentes participaram, até de fora do País vieram para acompanhar a segunda caravana.

Então, Srs. Parlamentares, eu penso assim. Isso não repete mais a palavra sobre a barragem. Somente precisamos do apoio dos Parlamentares desta Casa com a autodemarcação. Precisamos da demarcação das nossas terras Sawré Muybu, Sawré (*ininteligível*) e Montanha Mangabal. Estas são as principais. Servem pra gente, servem pras nossas crianças. A gente não toca pelo dinheiro, mas pela vida das nossas crianças, pela vida dos peixes. A gente não abre mão, por que a beleza do Rio Tapajós vai acabar, igual a Belo Monte. Belo Monte teve grandes movimentos e articulações de outras entidades.

Então, chega de também atropelar a Constituição de 1988 e a Convenção nº 169 da OIT. E também chega de licenciamento, de licença prévia e de licença de



instalação, porque o caso de Belo Monte trouxe nenhum benefício pra população local, de Altamira. Naquela época, Altamira tinha tantos empregos. Tinha muito emprego. Os pescadores pescavam. E eles tiveram seus lucros, mas agora Altamira morreu, morreu por causa de Belo Monte. Trouxe o aumento de cestas básicas, o aumento do aluguel, o aumento do número de trabalhadores migrantes e dobrou o número de assaltos, estupros e desemprego. Várias consequências ela trouxe.

Eu acho que isso não é progresso neste País, porque ninguém quer ver a filha morrendo de fome. Altamira agora já não existe mais. As portas do comércio fecharam. A população não pode sair às ruas nem pode ir ao banco. Estão com medo. São tantos assaltos que morrem dez pessoas por dia, por noite. Por isso, a gente não aceita mais a implantação do projeto da hidrelétrica no Rio Tapajós.

Eu deixo o meu recado. A gente queria salvar o nosso planeta. Vocês querem que o planeta morra ou não? Porque é isto o que a gente quer. O planeta, nós estamos querendo ajudar. Nós somos guardiões do nosso planeta. Queremos salvar todas as raças neste País. É isso o que a gente quer. Por isso, eu deixo a minha palavra.

Então, muito obrigado. Era só isto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sr. Josafá Akay.

Passo agora a palavra ao Sr. Francisco Firmino da Silva, representante da Comunidade Montanha Mangabal, do Rio Tapajós.

O SR. FRANCISCO FIRMINO DA SILVA - Bom dia, meus amigos.

Eu sou uma das lideranças de Montanha Mangabal. Eu só quero agradecer aos nossos amigos escritores deste livro, que traz as nossas lutas e o nosso sofrimento no Rio Tapajós. E também quero deixar bem clara a nossa aliança com os indígenas mundurucu. Eu quero deixar claro que, pela nossa sobrevivência, pela nossa cultura, nós somos iguais. Não tem diferença. Sim, tem diferença por uma parte, porque eles falam uma língua que nós não falamos, mas é a nossa cultura, a nossa sobrevivência na floresta. Nós preservamos a nossa floresta, de lá nós tiramos os nossos alimentos para as nossas crianças, toda a nossa sobrevivência.

Agora, na parte onde nós vivemos lá, hoje nós somos ameaçados, nós somos massacrados. Por quê? Falo do que aconteceu conosco, em Montanha Mangabal, quando nós não tínhamos conhecimento. Apareceu uma ameaça — falo



publicamente, falo e provo — do diálogo do Tapajós mentindo, dizendo que nós tínhamos que ser forçados. Como é que a pessoa força assinatura de uma pessoa dizendo, pegando o nosso RG, pegando o nosso CPF e mandando assinar uma lista? Se nós não assinássemos aquela lista, a barragem iria sair de qualquer maneira, e nós iríamos sair de lá sem direito a nada. Então, gente, que Brasil é este em que podemos assinar uma coisa contra a nossa própria pessoa? Nós sabemos que isto é o maior erro.

Há outra coisa. Nós respeitamos o direito do Governo. Isso nós respeitamos. Nós sabemos que, dentro do assentamento, temos que respeitar. Se nós matamos 20 hectares para nós sobrevivermos, tirarmos a nossa alimentação, nós não transpassamos isso. Agora eu acho muito errado, não provocando ninguém, mas eu acho um erro, porque se nós respeitamos o direito do Governo, e o Governo não respeita o nosso, pela forma que nós desmatamos em cima da lei. Agora, se nós desmatarmos mais do que aquilo que nós desmatamos, nós somos punidos. E por que o próprio Governo acha que pode acabar com a floresta, acabar com a nossa sobrevivência? Quer dizer, isto é uma parte da ameaça. *(Palmas.)*

Não respeitam o direito nosso, como não respeitaram quando foram fazer lá essa pesquisa, esse EIA/RIMA todo errado. Eles chegavam e não respeitavam o direito de dizer assim: *“Olhe, dê-nos a licença para furar uma parte aqui”*. Não, eles entravam e ainda diziam assim: *“Olhe, nós viemos e nós temos que fazer esse fazer trabalho, porque nós fomos mandados pela própria Presidente, da Dilma, e nós temos que fazê-lo”*.

Da mesma forma, aconteceu em Pimental eles chegaram com esse desrespeito, e o presidente da comunidade não se encontrava lá. O que foi que aconteceu? Aí, eles procuraram: *“Quem mandou você fazer isso?” “Foi o presidente que mandou”*. O pessoal entendeu errado.

Quando o presidente chegou, eles queriam linchar o presidente. Aí, o pessoal se revoltou, quebrou o que eles já haviam feito lá. Eles cobraram 200 mil reais, o que foi um exagero, da comunidade. Maurício Torres chegou lá e disse: *“Isso é um desrespeito, quem tem que pagar são eles, porque eles não respeitam o direito de ninguém”*.



Quer dizer, a nossa sobrevivência, pelo desrespeito que o Governo tem conosco, parece que nós não somos brasileiros. Ele trata a gente como se a gente fosse um lixo, porque se tratasse a gente como brasileiros, assim como nós respeitamos o direito dele, ele deveria respeitar o nosso.

Então, esse sofrimento não é de hoje. Nós fizemos a demarcação, eu entrei com os indígenas, os munduruku, porque é como eu falei, a cultura deles é a mesma da nossa, e nós fizemos essa aliança.

Olhem, há tempos, nós lutamos, acompanhamos Belo Monte, nós viemos para cá, eu junto com eles. E o que aconteceu? Aqui, dentro do Congresso, nós fomos ameaçados. Disseram: *“Olhe, ou vocês aceitam o que nós queremos ou nada, e nós fazemos essa barragem com a Força Nacional”*.

Essa ameaça não é de hoje. Nós procuramos: *“Para que vocês mandaram a Força Nacional para lá?” “Nós mandamos para parar as dragas”*. Isso não foi verdade, eles mandaram para guarnecer os biólogos para fazer pesquisas erradas.

Então, gente, eu acho que isso, para nós, é uma tristeza. Hoje, na nossa comunidade, há desrespeito com os garimpos ilegais. Lá dentro da nossa comunidade, se nós pedimos: *“Olhe, nós queremos respeito”*, porque nós não temos respeito lá, porque, na garimpagem dentro da nossa comunidade, os rios estão todos sendo revirados. Nós não temos mais condições nem de lavar roupas nas águas do Tapajós, porque está toda poluída, cheia de lama, ferro velho, sacola, tudo jogado nas praias. Isso eu provo. Se um dia tiver fiscalização do meio ambiente, quiser mandar, podem ir lá — é tubo, é abacaxi, é bateria jogada —, tudo isso acontece.

Quer dizer, isso é um desrespeito. E nós respeitamos a natureza. Agora, há muitas pessoas que fazem garimpagem irregular, e tudo acontece. Quando a gente estava fazendo essa demarcação, aquele cacique que passou, o Juarez, só de madeiras, nós topamos com 12 carradas de carretas só de ipê. Nós procuramos: *“Venha cá...”*, porque isso está filmado, quem filmou isso foi Maurício Torres, ele disse: *“Vocês estão recebendo... vocês estão dando propina ou não?” “Estamos”* E eles nunca saíram de lá.

Quando nós fizemos a demarcação, eles foram lá na aldeia, foram ameaçar o Cacique Juarez. Isso tudo acontece, e ninguém vê nada, porque por onde passa



carreta carregada de madeira, por onde passa o trator esquide, que puxa madeira do mato, por onde passa giricão, carregadeira, será possível que ninguém veja isso?

Quer dizer, nós podemos ser ameaçados, nós podemos ser torturados — porque isso é uma tortura, eu acredito que seja uma tortura —, e eles podem fazer tudo o que eles querem na floresta, e nós podemos aceitar. Hoje, nós temos o PAE — Projeto de Assentamento Agroextrativista lá dentro. Nós já fomos e falamos: “*Olhe, está acontecendo esse fato*”, e nunca chegou lá ninguém para vigiar e ver esse trabalho irregular que está acontecendo em Montanha Mangabal — lixo jogado nas praias, cabo de aço —, e ninguém vê nada.

Agora, para nós, existe lei, agora, para eles, não existe. Será possível que é porque eles têm dinheiro e nós não temos? O que é isso? Eu acho que nós somos cidadãos brasileiros, porque, em tempo de campanha de política, todo mundo enxerga a gente, e, depois, vira as costas.

Muito obrigado, gente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Francisco.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Thiago Almeida Garcia, Coordenador-Geral de Promoção do Registro Civil da SDH — Secretaria Especial de Direitos Humanos.

O SR. THIAGO ALMEIDA GARCIA - Bom dia a todos! Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente Nilto Tatto e parabenizá-lo pela realização desta audiência, porque o trabalho da Comissão de Meio Ambiente é cada vez mais importante no contexto atual.

Quero cumprimentar Josafá Akay, da Comunidade Munduruku e Francisco Firmino da Silva, da Comunidade Montanha Mangabal. Quero também parabenizá-los e felicitá-los pela mobilização e pela luta diária que eles enfrentam para terem garantidos seus direitos ambientais, sociais e territoriais.

Também quero cumprimentar os autores do livro — a Daniela Alarcon, o Brent Millikan e o Maurício Torres — pelas suas fundamentais contribuições para o debate público sobre empreendimentos que impactam populações, em especial na Amazônia brasileira. Essas contribuições fortalecem o debate na busca do rompimento desse modelo de desenvolvimento e dessa forma de construir obras



que violam direitos humanos, violam direitos territoriais, ambientais e sociais dessas populações.

Não me refiro apenas ao caso dos grandes empreendimentos, em relação aos quais há maior participação e atuação da sociedade civil, do Ministério Público, da academia e dos órgãos de governo, mas também aos pequenos empreendimentos. Como foi mostrado pela representante da OPAN — Operação Amazônia Nativa, muitas vezes uma PCH pode gerar tanto impacto ambiental, social e territorial quanto uma grande obra de hidrelétrica. Que o digam os enawênê-nawês, com a PCH construída lá.

Quero destacar a importância de se pensar em outro modelo de desenvolvimento e em outra forma de construir, que não tornem invisíveis as populações amazônicas, aqui representadas pelo Josafá e pelo Francisco. É preciso reconhecer os seus modos de vida e a sua identidade.

Do ponto de vista dos direitos humanos, temos como referência o Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH-3, que traz duas diretrizes relacionadas às grandes obras: primeiro, quando afirma que a pessoa humana deve ser o sujeito central do desenvolvimento, enfrentando o quadro atual de injustiça ambiental e social presente; e, segundo, que as políticas devem assegurar a participação efetiva da população na elaboração dos instrumentos de gestão territorial e nos processos de licenciamento ambiental. Então, para nós, as duas referências principais aos direitos humanos estão aqui no PNDH-3.

É claro que a elas se somam também outras legislações que foram reconhecidas pelo Estado brasileiro, marcadamente a Convenção 169 da OIT, em especial em relação ao direito de consulta livre, prévia e informada, e também a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que foi assinada pelo Brasil em 2007 e que, além do direito de consulta, traz a questão do consentimento livre, prévio e informado.

Infelizmente, a Secretaria Especial de Direitos Humanos — SDH não tem uma atuação mais direta em relação aos licenciamentos ambientais, mas eu queria chamar atenção para a existência, na SDH, do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que é uma estrutura do Estado que tem a participação da sociedade civil e de órgãos de governo. O Akira representa o Ministério Público nesse conselho. Em



2015, criou-se a Comissão Permanente 13, que trata dos direitos humanos para povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, comunidades atingidas por grandes empreendimentos e trabalhadoras e trabalhadores rurais em situação de conflito. Nessa instância do Conselho Nacional de Direitos Humanos tem-se buscado trabalhar na análise das violações de direitos humanos relacionadas a essas grandes categorias e a essas populações.

Foi instituído no âmbito da Comissão Permanente 13 um grupo de trabalho sobre Belo Monte, que faz uma série de considerações e recomendações. Eu considero que elas devam ser referências para pensarmos esses grandes empreendimentos na Amazônia. Eu trouxe uma cópia desse relatório, que foi aprovado pelo pleno do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Mais recentemente, criamos um grupo de trabalho para discutir violações dos direitos humanos dos povos indígenas na Região Sul e também aprovamos um relatório que mostra a grave situação de violação dos direitos, de racismo, de segregação étnica. Também trouxe esse documento para entregar à Comissão.

Aproveitando essa experiência de Belo Monte, o grupo de trabalho teve a participação da sociedade civil, do Ministério Público e de órgãos de governo, além de contar com membros da academia lá da região do Xingu. O relatório traz uma série de violações que, na nossa avaliação, poderiam ser transportadas, ou transladadas para o Tapajós, se a obra tivesse continuado da forma prevista.

Eu chamo atenção para alguns pontos trazidos pelo relatório de Belo Monte. O primeiro ponto diz respeito aos conflitos de interesses entre o Estado e a empresa responsável pela construção — acho até que a Biviany traz um pouco disso. Muitas vezes não fica clara, para a comunidade, a diferença entre a empresa, os interesses econômicos e o Estado. Muitas vezes, a empresa é o primeiro agente a abordar essas comunidades, e isso gera uma série de violações de direitos.

Também ficou claro no relatório o não reconhecimento da identidade e do modo de vida das comunidades impactadas pela obra de Belo Monte e das comunidades tradicionais. Em Belo Monte ocorreu e no Tapajós vem ocorrendo o não reconhecimento de comunidades tradicionais como tais, numa flagrante violação ao Decreto nº 6.040, de 2007, que reconhece como critério fundamental para reconhecimento dessas comunidades como tradicionais a autoidentificação. Em



Belo Monte, vimos acontecer isso principalmente em relação às populações que habitavam ilhas e beiradões. Não reconhecer essas comunidades como sujeitos de direito também é uma forma de retirá-las da área, sem garantir a consulta, sem garantir a permanência dessas comunidades nos seus territórios.

Em Belo Monte, como no caso do Tapajós, fica clara a não realização da consulta livre, prévia e informada, tal qual é reconhecida pelo Estado brasileiro. A consulta não é apenas uma etapa de um processo de licenciamento, mas se constitui numa garantia de participação efetiva das comunidades.

O que também se verifica no relatório é que não houve o cumprimento das condicionantes nas diversas etapas do processo de licenciamento. É possível ver que as violações de condicionantes vão sendo acumuladas desde a licença prévia, passando pela licença de instalação, até a licença de operação. Elas não vão sendo resolvidas, e vai havendo um processo de acúmulo, tornando cada vez mais difícil o cumprimento das condicionantes estabelecidas no processo de licenciamento ambiental.

Esses são só alguns pontos principais do relatório de Belo Monte. Quero ressaltar a importância de os órgãos públicos, em especial, aprenderem com os erros ocorridos em Belo Monte e em outras grandes obras, bem como os ocorridos em pequenas obras, em especial na Amazônia. É importante trabalharmos à luz do Programa Nacional de Direitos Humanos, da Convenção 169 da OIT, da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e também da nossa Constituição Federal, buscando a perspectiva das comunidades e dos povos envolvidos já na etapa de mensuração do interesse nacional. Muitas vezes, é evocado o interesse nacional como o principal motivador da realização dessas obras, mas nesse interesse nacional não se mensuram as perspectivas e os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Concordo com algumas pessoas sobre a necessidade de avançarmos no aprimoramento do licenciamento ambiental. Não se deve resumi-lo e acelerá-lo. Deve-se, sim, aprimorar o licenciamento ambiental, para que as comunidades não fiquem apenas com os impactos das obras, sem que haja ações de mitigação desses impactos. Como mostrou o Josafá quando falou da situação de Altamira,



para as comunidades locais fica o impacto, e a obra não gera benefícios para a sua vida, inclusive em relação à energia elétrica.

Então, acho que é importante aprimorar o processo ambiental ao lhe trazer a perspectiva dos direitos humanos. Essa é a defesa que fazemos na Secretaria de Direitos Humanos. Defendemos também o direito de consulta, o consentimento livre, prévio e informado, e o direito à discordância, que é o direito humano fundamental que as comunidades têm de discordarem desse tipo de obra.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Thiago.

Quero registrar que o Sr. Edson Duarte, representante do Ministério do Meio Ambiente, esteve presente na parte da manhã. Estava prevista a sua participação nesta Mesa do período da tarde, mas ele não poderia ficar o dia todo.

Terminadas as exposições, eu abro a palavra para aqueles que desejam formular alguma questão tanto para esta Mesa como para a Mesa anterior. Se houver alguém interessado no plenário, peço que venha à frente e fale ao microfone seu nome, de onde é, e faça a pergunta.

A SRA. JOARA MARCHEZINI - Olá! Boa tarde a todos e todas. Eu sou Joara Marchezini, da organização Artigo19. Estamos aqui com o grupo de trabalho para a Agenda 2030, que acompanha os ODS — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

Foram muito interessantes as exposições de todos e, principalmente, a fala do Thiago, que citou a regulamentação da OIT no Brasil.

Eu queria fazer um comentário sobre o processo de discussão do acordo regional de acesso à Justiça, à informação e à participação em questões ambientais. Esse acordo regional da América Latina está em negociação neste momento, e se supõe que ele vá ser vinculante, mas não se vê nenhuma mobilização interna, nenhum processo de consulta, nenhuma tentativa de falar sobre esse acordo. Ele pode trazer alguma luz tanto para a regulamentação da OIT quanto para os problemas que acontecem com a implementação da LAI — Lei de Acesso à Informação, para os problemas de participação e do próprio acesso à Justiça. Quando acionamos a Justiça, normalmente essas questões ficam paradas por muito tempo, e o seu efeito é mínimo nesse sentido.



Então, é importante lembrar que já estão sendo discutidas algumas formas de melhorar esses três pontos, mas é difícil falar de participação e até de promoção da sociedade civil nessa área.

Obrigada. Era só isso que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Mais alguém do plenário quer se manifestar? (*Pausa.*)

Há alguém, entre os debatedores, que queira fazer algum questionamento para outro participante da Mesa?

O SR. MÁRIO CESAR MANTOVANI - Bom dia a todos. Eu sou Mário Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica. Fazemos no Congresso um trabalho de acompanhamento de políticas públicas com a Frente Parlamentar Ambientalista, sempre promovendo esse tipo de debate e tentando divulgar isso ao máximo, para haver envolvimento da sociedade civil com as políticas públicas, principalmente as ambientais, que vêm sendo muito vilipendiadas na história do nosso Congresso e, nesse momento, pelo Governo. Nós nunca presenciamos tantos retrocessos em tão pouco tempo!

Agora mesmo, estamos tentando reverter casos gravíssimos, como a questão do licenciamento. Ontem, nós participamos de um seminário em que muitos de vocês estiveram presentes — o povo munduruku e o pessoal de Tapajós estiveram lá — e viram a pressão que existe com relação ao licenciamento, principalmente para acabar com o controle social, que é o instrumento mais importante desse processo.

Fiquei muito feliz de ver que o Instituto Socioambiental — ISA trouxe na sua apresentação a informação sobre a história do BNDES, da qual participamos. O Brent tem, com a Rede Brasil, uma história de monitoramento de instituições multilaterais de financiamento. Brigamos com o Banco Mundial pelo seu financiamento às estradas de Rondônia, que tanto destruíram, e ele acabou sendo proibido de operar em áreas tropicais do mundo, por conta de tantos desastres. E testemunhamos a farra do BNDES com o nosso dinheiro, sem nenhuma responsabilidade. O BNDES é um sócio que não está oculto, que traz dinheiro público a um empreendimento privado, e esse dinheiro não vai reverter à sociedade, mesmo que eles falem que vão pagar.



Nós acabamos de sair de uma reunião com o IBAMA e com o Ministro, em que se mostrou que a mesma coisa ocorre com Porto Sul. O Governo do Estado da Bahia está quebrado, sem dinheiro, mas está bancando um porto privado para um grupo cazaquistânês e indiano que foi condenado na Europa por empreender atividades de depredação na África. E esse pessoal ainda continua nadando de braçada. Ontem, esse tipo de obra foi apresentado como projeto prioritário do Governo brasileiro!

Então, apesar de o movimento ambientalista estar esfacelado, eu acho que tem que existir uma pressão muito mais forte dos movimentos sociais para denunciar o BNDES. Não é possível o BNDES se apresentar novamente como precursor desse tipo de desenvolvimento que vimos ser aprovado agora no Senado Federal e que é um grande desastre. Então, eu acho que este é um bom momento para agir.

Parabenizo todos por esse debate.

Vamos tentar fazer uma apresentação resumida para os movimentos sociais depois. O livro traz alguma coisa, ele é uma boa referência. Eu pedi à Lídia para buscar as apresentações feitas ontem ao Governo, questionando se é esse modelo do BNDES que vamos ver a partir de agora. Trata-se de um modelo que já vem errado e que não pode mais ter continuidade. Eu não estou falando de Governo golpista ou Governo não golpista, porque essa maldição já tem quase 12 anos!

Eu me lembro — e o Brent estava junto — de uma das reuniões que fizemos com o Presidente Iglesias, do Banco Interamericano. Ele dizia na nossa cara assim: *“Conversem com o banco de vocês, porque nós do Banco Interamericano e do Banco Mundial temos controles, e o seu banco hoje não está sob nenhum controle social”*. Nós tivemos que engolir essa, quando fomos reclamar de empreendimentos que aqueles bancos multilaterais financiavam.

Então, eu acho que este é um momento estratégico para fazermos com que aquilo que foi falado nesta reunião faça eco e vá à sociedade. Essas pessoas hoje são as mesmas que estavam construindo modelos de desenvolvimento que nem os militares conseguiram fazer avançar.

Então, obrigado pela minha palestra aqui. *(Risos.)* Não era bem isso que eu ia fazer, era só uma pergunta.



É um grande desafio conseguirmos divulgar essa informação preciosíssima que o ISA nos apresentou.

Wilson, eu gostei muito daquele modelinho da energia que você mostrou. É um gráfico fantástico, muito bom para mostrarmos o tamanho da energia hidrelétrica. Eu acho que poderíamos pensar em alguma coisa com a energia de biomassa, que não vi muito bem naquele gráfico. Eu acho que seria importante chamarmos atenção para isso, porque dizem que a energia de biomassa no Brasil chega a 12%, 13%, até 15%. Eu acho que esse dado no gráfico que você apresentou reforçaria isso.

Então, da minha parte é isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Concedo a palavra ao Brent Millikan.

O SR. BRENT MILLIKAN - Vou pegar uma carona na sugestão do Mário para falar sobre essa problemática do financiamento do BNDES, fazendo uma comparação com outros aspectos de planejamento, de licenciamento e de implementação de empreendimentos que levantam essas questões de conflitos de interesse. A Operação Lava-Jato está aí para mostrar, inclusive, quais são algumas das motivações por trás disso.

Quero lembrar, primeiro, que existe um livro publicado recentemente sobre a política socioambiental do BNDES. Se fosse o caso de fazer um debate mais aprofundado sobre o BNDES, esse seria um bom subsídio, inclusive em relação ao caso de Belo Monte e a outros exemplos. A Biviany é uma coautora do livro, que foi produzido por várias instituições, como ISA, INESC, Conectas Direitos Humanos e outras.

Eu também queria lembrar a Medida Provisória nº 727/2016 e o Projeto de Lei de Conversão nº 23/2016, que foi aprovado pelo Plenário do Senado na semana passada, que têm a ver com o BNDES. A tramitação dessas proposições foi extremamente atropelada, e não houve possibilidade de discussão. Foi feito requerimento de audiência pública, mas ele não foi aprovado. Vários destaques de Deputados e de Senadores não foram considerados, inclusive houve votação em bloco de destaques de emendas sem consideração de mérito. Observamos uma série de manobras para que não houvesse discussão daquela medida provisória.



Sem contar que medidas provisórias já são um mecanismo que, por definição, complicam muito a possibilidade de haver um debate mais aprofundando.

Lembro que, nessa ocasião, houve uma nota pública assinada por mais de 70 entidades e redes da sociedade civil, levantando questões importantíssimas em relação ao ocorrido. Inclusive, essa nota foi circulada por vários Senadores. As questões que estão nessa nota ainda merecem um debate. Ainda que o PLC 23 tenha sido aprovado e virado lei, temos que saber como vai ser a sua implementação, para que não seja sancionado um processo de atropelo de direitos, ou o tipo de modelo que estamos discutindo aqui.

Lembro que o agente fundamental desse modelo, dentro dos Programas de Parcerias de Investimentos — PPIs, é justamente o BNDES, como financiador.

Espero que as questões suscitadas aqui possam ter continuidade em outros eventos nesta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Tem a palavra Philip Fearnside.

O SR. PHILIP FEARNSIDE - Já que estamos discutindo sobre o BNDES, é importante lembrar que o grosso do dinheiro do banco vem do Orçamento, que é aprovado aqui na Câmara dos Deputados.

Há um enorme subsídio a essas hidrelétricas, porque o BNDES cobra só 5% de juros, com 30 anos para pagar, enquanto o Governo está se autofinanciando com a venda de papéis a 10%, com 3 anos para pagar. Então, obviamente existe um enorme subsídio nesse caso. Por isso, é importante pensar que tipo de dinheiro é enviado para lá, com que tipo de restrições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Companheiros, incluindo os desta Mesa, quem gostaria de aproveitar para comentar e fazer suas considerações finais? *(Pausa.)*

Eu pediria que alguém comentasse a questão levantada sobre a OIT, em relação ao local onde está ocorrendo esse processo. É na América Latina? Você pode comentar isso, Thiago Garcia?

O SR. THIAGO ALMEIDA GARCIA - Eu vou trazer um pouco do histórico desta discussão no âmbito do Governo Federal.



Em 2012, foi criado um grupo de trabalho interministerial, coordenado pela Secretaria Geral e pelo Ministério das Relações Exteriores. Esse grupo trabalhou por 2 anos, mas no final não chegou a criar uma regulamentação da consulta, não estabeleceu um protocolo de consulta.

Paralelo a isso, principalmente com o apoio das organizações da sociedade civil, alguns povos indígenas e comunidades tradicionais iniciaram discussões para a produção de protocolos internos de consulta. Então, os wayampis têm um protocolo interno, produzido e publicado com o apoio do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena — Iepé; os mundurucus construíram um protocolo interno também de consulta; na comunidade Montanha Mangabal também existe um protocolo; há algumas outras experiências em curso no Xingu, com o apoio do ISA.

Mas, pelo menos do que eu tenha conhecimento, hoje nenhum órgão do Governo Federal está capitaneando essa discussão da regulamentação da consulta. Então, considero-a meio que encerrada, no sentido de que ela não avançou. Hoje, essa é muito mais uma discussão da sociedade civil do que do Estado brasileiro, em termos de regulamentação.

O importante é que a Convenção 169, ao ser ratificada em 2004, é autoaplicável em relação ao direito de consulta. A convenção vale na sua plenitude.

Em 2015, houve a iniciativa de alguns Deputados, nesta Casa, de apresentar uma denúncia para que o Brasil se retirasse da Convenção 169 da OIT. Mas, felizmente, não se avançou nessa denúncia, e a janela de 10 anos após a ratificação daquela convenção se fechou. Então, a Convenção 169 vale em sua plenitude no Brasil, reforçada pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que também foi apoiada pelo Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Você pode esclarecer de onde é? É do processo interno? Eu tinha entendido que era alguma coisa no âmbito latino-americano.

A SRA. JOARA MARCHEZINI - Só complementando, trata-se de um processo latino-americano e caribenho que está sendo desenvolvido no âmbito da CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina, que coordena o processo, com a participação do Brasil. Quem tem acompanhado isso é o MRE, na figura do Mário Mottin.



Nós comentamos que não existe nenhuma mobilização interna para discutir esse tratado, que aborda um tema do Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se refere ao acesso à informação, à participação e à Justiça. Então, nós queríamos ver mais mobilização, tanto do Governo quanto das organizações, para discutir esse tratado, porque a perspectiva é que ele seja vinculante. Nós sabemos que existe a Convenção 169 da OIT, mas o acordo é mais do que isso. Inclusive, ele regulamenta alguns pontos que poderiam complementar a Convenção 169. O acordo é importante nesse cenário, mas nós não estamos vendo discussão sobre ele. Como ele é vinculante, há a preocupação de que traga algum ponto de retrocesso. Por isso, é preciso debater esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Tem a palavra o Sr. Rubens Born.

O SR. RUBENS HARRY BORN - Obrigado, Deputado.

Só quero complementar o que a colega Joara falou. Eu sou Rubens Born e represento a Fundação Grupo Esquel.

Os países que negociam esse instrumento regional com o apoio da CEPAL deixaram para definir a natureza jurídica desse instrumento ao final do processo, que estava previsto para 2016, mas que talvez entre em 2017. Ou seja, nós esperamos que seja um instrumento legalmente vinculante, mas há países que não querem um acordo legalmente vinculante de acesso à informação, participação e acesso à Justiça.

Nós não sabemos a posição do Brasil. Na gestão da ex-Presidente Dilma isso não estava definido, e não sabemos se o atual Governo vai se manifestar favoravelmente a um acordo de natureza jurídica vinculante.

Como exemplo da importância disso, no art. 8º do rascunho do acordo, que fala de acesso à participação, consta que a participação do público tem que ser cedo, quando todas as opções de realização e de não realização do empreendimento ainda estão em cima da mesa. Isso significa, no caso de obras com significativo impacto ambiental, que a participação tem que se dar não quando o empreendimento já apresentou o EIA/RIMA e vai haver a audiência pública, mas quando o órgão ambiental for definir o termo de referência do empreendimento. É possível, inclusive, antecipar a participação do público.



Isso mostra a relevância desse instrumento regional para aprimorar a legislação brasileira de acesso à informação, à participação e à Justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Concedo a palavra à Sra. Daniela Alarcon.

Depois vou passar a palavra aos membros da Mesa.

A SRA. DANIELA FERNANDES ALARCON - Quero fazer uma breve retificação. Os protocolos de consulta wayampí, munduruku e dos beradeiros de Montanha Mangabal não são protocolos internos, mas documentos desses povos e comunidades tradicionais, em face do Estado brasileiro, prevendo as condições para que a consulta seja livre, prévia e informada, como determina a Convenção 169. Então, esses não são documentos internos.

Obrigada.

O SR. THIAGO ALMEIDA GARCIA - Eu não quis dizer que era interno do povo, mas que era um protocolo construído pelo povo. Desculpe-me se eu me confundi. Esse protocolo foi construído pelo povo e deve ser, sim, respeitado como uma referência em qualquer processo de diálogo entre o Estado e o povo ou a comunidade tradicional. Desculpe se errei o que eu quis dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Concedo a palavra ao Sr. João Akira Omoto.

O SR. JOÃO AKIRA OMOTO - Sobre esse acordo que vem sendo construído no âmbito da CEPAL, eu, de fato, reconheço que nós não tínhamos essa informação. Parece-me que sequer a Secretaria Especial de Direitos Humanos tinha essa informação. Interessa-nos imensamente, na 6ª Câmara do Ministério Público Federal, acompanhar isso.

Então, Joara, se for possível, eu quero entrar em contato com você para ter essas informações e ver de que maneira nós podemos contribuir.

Sobre a consulta ser na fase mais anterior possível, eu quero dizer que a 6ª Câmara do Ministério Público Federal já tem uma posição muito clara em relação a isso. Não basta ela ocorrer na fase de discussão do termo de referência. Ela deve acontecer ainda antes de se definir se o empreendimento vai sair ou não, na fase do planejamento setorial. A comunidade tem o direito de decidir se quer ser submetida



a um estudo de impacto ambiental, a um processo de licenciamento ambiental no contexto de um grande projeto. É ainda antes disso.

Algumas questões estão mais amadurecidas, e outras, menos. Seja qual for o tipo de regulamentação que venha a ocorrer, o respeito a esses protocolos que as comunidades estão estabelecendo deve ocorrer sempre. Na verdade, nós temos o entendimento de que cada grupo deve promover a consulta da sua maneira, usando aquele protocolo que ele entende que é adequado, considerando a diversidade cultural desses diversos grupos.

Eu só queria fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Concedo a palavra ao Sr. Wilson.

O SR. WILSON CABRAL DE SOUSA JÚNIOR - O companheiro tinha feito um comentário sobre a questão da biomassa na matriz energética. Eu queria dizer que essa figura está muito mal apresentável, foi pessimamente apresentada, porque ela foi extraída anteontem à noite de um estudo da plataforma de cenários energéticos. Então, eu a extraí só para tentar ilustrar um pouco do que poderia ser essa matriz. A biomassa está lá bem configurada como um elemento importante nesse processo.

Aproveitando o gancho, eu queria dizer o seguinte. Eu ouvi muito aqui de vários palestrantes: *“Eu não sei no que vai dar isso, mas é preciso muita mobilização da sociedade para evitar os grandes retrocessos que estão se apresentando”*. Do ponto de vista da academia, o que eu posso dizer é que há alguns núcleos que estão tentando, no caso das hidrelétricas, das grandes obras de infraestrutura, quebrar o discurso da técnica serviço. O que é técnica serviço? É aquela técnica que está a serviço de alguns desses grandes interesses.

Quando se fala de matriz inovadora, por exemplo, um dos argumentos dessa técnica serviço é que essas tecnologias, essas novas técnicas ditas alternativas não são energia firme, que elas são intermitentes, que elas não se comportam com segurança numa matriz e assim por diante. Do lado de cá, nós tentamos quebrar esse discurso, mostrando que a coisa não é assim — muito pelo contrário. Nós precisamos ser inovadores, inclusive na hora de fazer o despacho dessa energia pelo ONS, ou por outros operadores, de forma a contemplar esse



caráter inovador. Assim fez a Alemanha, por exemplo, quando decidiu politicamente que inseriria 30% de energia solar de telhado na sua matriz elétrica. Ou seja, uma vez decidido politicamente, do resto nós corremos atrás e resolvemos do ponto de vista da technicalidade.

O que me perturba é ouvir — inclusive, do João Akira, há dois dias — falarem: *“Nós temos feito o que podemos, no âmbito do Ministério Público, mas vai ser preciso uma grande mobilização da sociedade para evitar que isso ocorra.”* No momento político atual, de alta perplexidade, de não entendimento e de difícil previsibilidade do que vai acontecer, como se dá essa questão da mobilização? Como vocês enxergam que pode sair essa mobilização? De onde pode sair? O Deputado Nilto Tatto também falou que, nesse contexto, no âmbito da Câmara, vai ser difícil barrar qualquer coisa, se essa resposta não vier da sociedade. O que vocês acham? Eu gostaria de ouvir algumas dicas. O que se pode encaminhar nesse sentido, pensando não como cientista neste momento, mas como cidadão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Esse é outro debate.

Concedo a palavra à Sra. Biviany.

A SRA. BIVIANY ROJAS GARZON - Qual papel caberia ao Congresso Nacional em relação ao BNDES? A destinação de recursos ao BNDES pode ser facilmente condicionada ao cumprimento de requisitos mínimos de publicidade, transparência, de verificação de cumprimento de direitos humanos e de evitação de danos ambientais. Então, todos os repasses do Tesouro Nacional feitos para o BNDES, ano a ano, podem ser condicionados, e essas condicionantes podem ser estabelecidas por esta Casa. Cabe à sociedade civil fazer pressão para que isso aconteça, mas os Congressistas — Deputados e Senadores — também têm um papel nisso. Então, há um caminho para pressionar o BNDES.

Acho que há um diagnóstico amadurecido de que, nesses últimos 10 anos, houve um aumento de financiamentos baratos e subsidiados para esse grupo de empreiteiras que se propõe a participar dessas parcerias público-privadas que estão nesse novo programa do atual Governo. É preciso trazer esse aprendizado, esse amadurecimento, esse diagnóstico fino que conseguimos acumular durante esse tempo, para pressionar a mudança de responsabilidade do banco, através da fonte



de seus recursos, que é aqui no repasse que faz o Tesouro Nacional, cada vez que se aprova o orçamento do banco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Estamos nos encaminhando para o encerramento, mas vou deixar algumas das minhas impressões.

Em primeiro lugar, agradeço as exposições dos vários participantes das duas Mesas e daqueles que participaram do registro e da elaboração do livro, que está sendo lançado, que relata, de certa forma, coisas positivas do processo de mobilização e de resistência no Rio Tapajós, mas também relata o *modus operandi* de como funcionam aqueles empreendimentos de interesse nacional em seus diversos aspectos, nas relações com as comunidades locais, com a questão ambiental e com o capital. E isso é histórico no Brasil.

Outra impressão que trago é a de que, ao se olhar para os últimos anos, vê-se um aumento da resistência, da visibilidade e da oportunidade de as comunidades tradicionais se auto-organizarem e fazerem resistência. Há 30, 40, 50 anos atrás essa possibilidade não existia. Nesse aspecto, as comunidades tradicionais eram massacradas, e a sociedade não ficava sabendo. Mas nós sabemos disso. No período da ditadura, muitos massacres aconteceram, e a sociedade não ouviu falar deles.

Também, nos últimos anos, aperfeiçoou-se essa estratégia de relacionamento do capital com o Estado, essa aliança para a implementação dos investimentos — e como foi visto aqui na exposição da Sra. Biviany —, o relacionamento do BNDES enquanto fomentador desses grandes empreendimentos, com grandes impactos socioambientais.

Quero dizer que, nessa relação de quem são os protagonistas dentro da sociedade, nessa visão de desenvolvimento, e que, portanto, passam por cima de tudo aquilo que é da grande riqueza do Brasil, que é a sociobiodiversidade, esses protagonistas estão com mais força agora, porque eles são os protagonistas do conjunto de proposições que têm nesta Casa.

Destaco outra questão para a qual eu gostaria de chamar atenção neste momento. Se até agora havia a organização de uma aliança entre o capital e o Estado, por meio do BNDES, fazendo avançar os empreendimentos, de certa forma havia, em contrapartida, um espaço para também se fazer um debate, do ponto de



vista da conquista dessas comunidades e da sociedade, que são a legislação ambiental e a legislação sobre os direitos sociais assegurados na Constituição. Agora, essas proposições, que vão no sentido de acabar com esses direitos, que estavam em curso aqui dentro, por uma maioria conservadora nesta Casa, são assumidas também pelo Poder Executivo.

O que se configura agora nem sempre é tema relacionado com o debate desta Comissão. Por exemplo, a PEC 241 não aparece neste debate aqui, no debate socioambiental, mas ela vai desestruturar o IBAMA, que faz parte desta pauta aqui, e a discussão sobre o licenciamento precisa ser aprimorada. A PEC 241 vai desestruturar órgãos que têm a ver com a luta por garantias e que têm como responsabilidade o acompanhamento, o monitoramento e aplicação de políticas para comunidades tradicionais.

A PEC 241 é aquela do Estado mínimo, aquela que vai congelar os investimentos. Estou falando disso porque o IBAMA não dará conta de aprimorar políticas, a Fundação Palmares e a FUNAI não darão conta de cumprir o papel delas.

E, quando a PEC 241 dialoga com a Medida Provisória nº 727, juntam-se num espaço único os organismos e as entidades para aprovarem os licenciamentos. Ao se analisar o Orçamento que chegou a esta Casa, vê-se que ele desestrutura os organismos, que são espaços de diálogo no Estado com as comunidades tradicionais. Estou falando do Orçamento. Reduz-se o orçamento da FUNAI e do INCRA do ano que vem, que é feito com base na PEC 241, que ainda nem foi votada.

Então, quando se diz que estamos passando por um momento sombrio, é disso que se está falando. A sociedade precisa se mobilizar para acompanhar o que está acontecendo, porque os espaços de resistência vão diminuir, se a sociedade não se mobilizar. Agora, aqui dentro ficou livre, como também no âmbito do Executivo e em setores do próprio Judiciário, e isso já se pode afirmar, para a liberação do modelo de desenvolvimento que foi histórico, que foi hegemônico e atingiu toda a sociedade brasileira.



Agradeço a oportunidade de ser o protagonista na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Direitos Humanos, a partir da iniciativa dos senhores para a realização deste debate.

Agradeço também a parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista.

Antes de encerrar os trabalhos, coloco em votação a ata da presente reunião.

Consulto os Srs. Deputados se podemos dar por aprovada a ata da presente reunião, tendo em vista que ela foi integralmente gravada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

A partir de amanhã as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão a dispor dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente, pela Internet, no *link*: audiências públicas.

Agradeço a presença dos convidados, dos Parlamentares que passaram por aqui e os demais presentes. Agradeço também os internautas pela participação.

Boa tarde, senhoras e senhores!

Declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*